



Relatório Anual do FMI 2022

# CRISE APÓS CRISE



2020

2021

2022

A pandemia de COVID-19 é uma crise sem paralelos. Dois anos mais tarde, a recuperação é dificultada pelo início de outra crise.

## Vivemos em um mundo mais propenso a choques.

O desenvolvimento de vacinas e um apoio monetário, fiscal e financeiro sem precedentes, com destaque para a alocação histórica de direitos especiais de saque (DES) do FMI no equivalente a cerca de US\$ 650 bilhões, possibilitaram uma recuperação global. Contudo, a invasão da Ucrânia pela Rússia tirou essa recuperação dos trilhos e prejudicou seriamente as perspectivas econômicas mundiais, tendo como consequência o aumento acentuado dos riscos econômicos.

As tensões geopolíticas e sociais se elevaram à medida que a pobreza e a desigualdade cresceram. A inflação em muitos países subiu fortemente, alimentada por uma combinação de aumento dos preços da energia, dos alimentos e das commodities, de escassez de mão de obra e de rupturas nas cadeias de suprimento. A dívida pública e privada subiu a novos patamares. Com um espaço fiscal mais limitado, os países enfrentarão dilemas cada vez mais difíceis em termos de políticas à medida que buscarem combater o aumento da inflação, a elevação dos riscos macrofinanceiros e a desaceleração do crescimento. As economias de mercados emergentes e em desenvolvimento com empréstimos elevados em moeda estrangeira e grandes necessidades de financiamento externo também precisarão se preparar para possíveis turbulências nos mercados financeiros à medida que a orientação da política monetária nas economias avançadas se torna mais restritiva.

E enquanto as autoridades se concentram em amortecer o impacto da pandemia e da guerra na Ucrânia, o mundo continua a enfrentar profundas mudanças de longo prazo, como as dos efeitos da mudança climática e da revolução digital. É inevitável que o impacto dessas mudanças venha a se refletir no balanço de pagamentos de cada país, tornando as reformas estruturais e as melhorias dos quadros de políticas ainda mais importantes para aumentar a resiliência e alcançar um crescimento inclusivo e de longo prazo.

Os desafios econômicos atuais - desde a pandemia e as repercussões da guerra até à mudança climática e à digitalização - revelam fissuras econômicas e geopolíticas no sistema econômico e financeiro global. Como muitos países provavelmente vão precisar de assistência financeira, é cada vez mais importante manter uma rede de proteção financeira global confiável, com o FMI no seu centro. Para melhor apoiar os países membros durante estes tempos difíceis, o FMI está revendo os seus conselhos em termos de política econômica, as atividades de empréstimo e reforço das capacidades, incluindo através da criação do Fundo de Resiliência e Sustentabilidade em abril de 2022.



## Mensagem da Diretora-Geral

Caros leitores,

A economia mundial está enfrentando seu maior teste desde a Segunda Guerra Mundial.

Durante o ano passado, a pandemia ainda em curso continuou a impor um enorme custo sanitário e socioeconômico, afetando vidas e meios de subsistência por todas as partes. Em meio à recuperação nascente, o mundo está enfrentando um segundo choque sem precedentes: a invasão da Ucrânia pela Rússia. Milhões de refugiados tiveram de fugir dos combates. Outros milhões permanecem deslocados dentro do país.

As consequências econômicas desses choques ainda se fazem sentir. A disparada dos preços dos alimentos e da energia e a inflação generalizada atingem os mais vulneráveis de forma particularmente dura, numa altura em que os níveis elevados de dívida e o aperto das condições financeiras mundiais dificultam ainda mais o apoio dos governos a essas populações. Além disso, aumentou fortemente o risco de fragmentação do mundo em blocos geopolíticos e econômicos, o que poderia reverter décadas de progressos na melhoria do nível de vida. E não existe um botão para pausar a crise climática enquanto enfrentamos outras crises.

O FMI está trabalhando para ajudar nossos países membros a fazer face a esses desafios e a continuar a avançar num caminho cada vez mais íngreme rumo à recuperação.

No ano passado, nossos países membros aprovaram uma alocação histórica de Direitos Especiais de Saque (DES) no valor de US\$ 650 bilhões para fortalecer as reservas dos países, proporcionando-lhes assim um apoio crucial na forma de liquidez.

Partindo dessa conquista, iniciamos o processo de reforma do nosso apoio financeiro, começando com os esforços para aumentar o volume dos nossos empréstimos concessionais a países de baixa renda. Neste ano, os nossos países membros aprovaram a criação de um Fundo de Resiliência e Sustentabilidade, a primeira linha de crédito que oferece financiamento de longo prazo acessível, para ajudar os países membros mais vulneráveis a reforçar a sua resiliência contra os choques climáticos e futuras pandemias.

Desde o início da pandemia, o FMI aprovou novos financiamentos a 93 países num valor superior a US\$ 258 bilhões. Estamos agora estendendo esse apoio aos países mais duramente afetados pelos mais recentes choques.

Este *Relatório Anual* destaca o trabalho da Diretoria Executiva do FMI, cuja orientação e supervisão são essenciais. Também destaca a assessoria em tempo real, as atividades de desenvolvimento das capacidades e o apoio que o Fundo tem prestado aos países membros.

Só trabalhando em conjunto poderemos superar os desafios que enfrentamos. Nossos países membros podem contar conosco para fomentar uma ação coletiva em prol de uma economia forte e inclusiva.



**KRISTALINA GEORGIEVA**  
DIRETORA-GERAL  
SETEMBRO DE 2022

# Sobre o FMI

**O Fundo Monetário Internacional (FMI)** é um organismo que integra 190 países membros e busca estimular a cooperação monetária internacional, garantir a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover altos níveis de emprego e crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo. A principal missão do FMI é assegurar a estabilidade do sistema monetário internacional: o sistema de taxas de câmbio e pagamentos internacionais que permite aos países e aos seus cidadãos efetuar transações entre si. Todos os países membros do FMI são representados na Diretoria Executiva da instituição, que debate as consequências nacionais, regionais e mundiais das políticas econômicas de cada país membro e aprova os empréstimos do FMI para ajudar os países membros a resolver problemas temporários do balanço de pagamentos, além de supervisionar as iniciativas de capacitação. Este *Relatório Anual* abrange as atividades da Diretoria Executiva, da Direção-Geral e do corpo técnico do FMI durante o exercício financeiro iniciado em 1 de maio de 2021 e findo em 30 de abril de 2022, salvo indicação em contrário. Seu conteúdo reflete as opiniões e deliberações sobre políticas da Diretoria Executiva do FMI, que participou ativamente da elaboração deste *Relatório Anual*.

**O exercício financeiro do FMI começa em 1 de maio e termina em 30 de abril.** As análises e considerações sobre política econômica expressas nesta publicação são aquelas da Diretoria Executiva do FMI. A unidade de conta do FMI é o direito especial de saque (DES); a conversão aproximada dos dados financeiros do FMI em dólares dos Estados Unidos é fornecida para a conveniência dos leitores. Em 29 de abril de 2022, a taxa de câmbio DES/US\$ era US\$ 1 = DES 0,74388, e a taxa de câmbio US\$/DES era DES 1 = US\$ 1,3443. No fim do exercício anterior (30 de abril de 2021) as taxas de câmbio eram US\$ 1 = DES 0,696385 e DES 1 = US\$ 1,43599. “Bilhão” = 1.000.000.000; “trilhão” = 1.000.000.000.000; as ligeiras diferenças entre os totais e a soma dos seus componentes se devem ao arredondamento. Neste *Relatório Anual*, o termo “país” não se refere em todos os casos a uma entidade territorial que constitui um Estado conforme o direito e as práticas internacionais. Seu emprego designa também algumas entidades territoriais que não são Estados, mas para os quais são mantidos dados estatísticos de forma separada e independente. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas nos mapas não implicam qualquer juízo por parte do FMI sobre a situação jurídica de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras.

Em 29 de Abril de 2022, a taxa de câmbio DES/US\$ era de  
**US\$ 1 = DES 0,743880**

A taxa de câmbio US\$/DES era de  
**DES 1 = US\$ 1,34430**

## As três funções básicas do FMI

### Supervisão econômica

Prestar assessoria aos países membros sobre a adoção de políticas para alcançar a estabilidade macroeconômica, acelerar o crescimento econômico e aliviar a pobreza.

### Empréstimos

Disponibilizar financiamento aos países membros para ajudá-los a resolver problemas do balanço de pagamentos, como a escassez de divisas que ocorre quando os pagamentos externos superam as receitas em moeda estrangeira.

### Desenvolvimento das capacidades

Apoiar o desenvolvimento das capacidades (por meio da assistência técnica e formação), quando solicitado, para ajudar os países membros a fortalecer suas instituições econômicas a fim de formular e implementar políticas econômicas sólidas.

*O FMI tem sua sede na cidade de Washington e escritórios regionais em todo o mundo para promover seu alcance global e estreitar os laços com os países membros. Para mais informações sobre o FMI e os seus países membros, visite [www.imf.org](http://www.imf.org).*

## Siglas e acrônimos

<b>AGIP</b>	Avaliação da gestão do investimento público
<b>AID</b>	Associação Internacional de Desenvolvimento
<b>AML/CFT</b>	Combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo
<b>BBA</b>	Acordo bilateral de empréstimo
<b>CCRT</b>	Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes
<b>CD</b>	Desenvolvimento das capacidades
<b>CMAP</b>	Programa de Avaliação Macroeconômica da mudança Climática
<b>COVID-19</b>	Doença por coronavírus
<b>DES</b>	Direito especial de saque
<b>DMF</b>	Mecanismo de Gestão da Dívida
<b>DSSI</b>	Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida
<b>ECF</b>	Linha de Crédito Ampliada
<b>EF</b>	Exercício financeiro
<b>EFF</b>	Programa de Financiamento Ampliado
<b>EMED</b>	Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento
<b>ERP</b>	Estratégia de Redução da Pobreza
<b>FCL</b>	Linha de Crédito Flexível
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FSAP</b>	Programa de Avaliação do Setor Financeiro
<b>FSSF</b>	Fundo para a Estabilidade do Setor Financeiro
<b>G20</b>	Grupo dos Vinte
<b>GRA</b>	Conta de Recursos Gerais
<b>HIPC</b>	Iniciativa para os países pobres muito endividados
<b>ICD</b>	Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades
<b>IEO</b>	Gabinete de Avaliação Independente
<b>MNRW</b>	Gestão da riqueza dos recursos naturais
<b>NAB</b>	Novos acordos de empréstimo
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PFTAC</b>	Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico
<b>PIB</b>	Produto interno bruto
<b>PLL</b>	Linha de Precaução e Liquidez
<b>PRGT</b>	Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento
<b>RCF</b>	Linha de Crédito Rápido
<b>RFI</b>	Instrumento de Financiamento Rápido
<b>RNB</b>	Renda nacional bruta
<b>RSF</b>	Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade
<b>RST</b>	Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade
<b>SBA</b>	Acordo Stand-By
<b>SCF</b>	Linha de Crédito Stand-By
<b>SLL</b>	Linha de Liquidez de Curto Prazo
<b>UCT</b>	Parcela superior de crédito



## Parte 1

### 7 EM DESTAQUE

- 8 A COVID-19 e a guerra na Ucrânia
- 11 Uma recuperação mais equitativa
- 16 A dinâmica da dívida
- 20 Mudança climática, digitalização e inclusão

## Parte 2

### 26 O QUE FAZEMOS

- 28 Supervisão econômica
- 30 Empréstimos
- 42 Desenvolvimento das capacidades

## Parte 3

### 52 QUEM SOMOS

- 54 Diretores Executivos
- 58 Equipe da Direção-Geral
- 61 Recursos
- 68 Prestação de contas
- 72 Responsabilidade social corporativa



RELATÓRIO ANUAL DO FMI 2022  
SAIBA MAIS  
ON-LINE  
[IMF.ORG/AR2022](https://www.imf.org/AR2022)

Parte 1

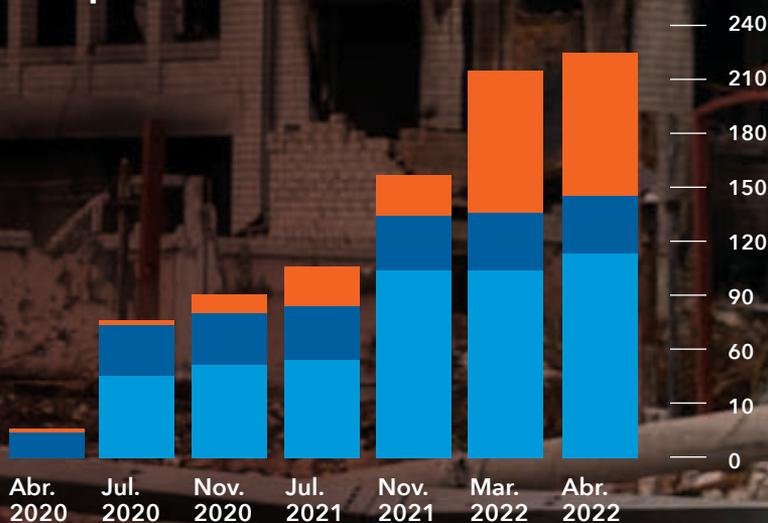
# EM DESTAQUE

Figura 1.1

# Apoio financeiro do FMI

(cumulativo, em bilhões de US\$)

Os empréstimos concedidos pelo FMI forneceram aos países a liquidez de que tanto necessitavam.



- Parcela superior de crédito\*
- RCF, RFI ou combinação de RCF e RFI
- FCL ou PLL

Fontes: Departamento Financeiro do FMI e Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação.

Nota: Em 30 de abril de 2022. FCL = Linha de Crédito Flexível; PLL = Linha de Precaução e Liquidez; RCF = Linha de Crédito Rápido; RFI = Instrumento de Financiamento Rápido.

\* Reflete os novos programas e o aumento de programas existentes.

# A COVID-19 E A GUERRA NA UCRÂNIA

**A guerra na Ucrânia foi um duro golpe para a economia mundial.**

**A**s consequências econômicas da invasão da Ucrânia pela Rússia estão constituindo outro grande revés para a economia mundial. O custo para a Ucrânia é imenso, mas o impacto se estende muito além das suas fronteiras. A gravidade das rupturas nos mercados de commodities e nas cadeias de suprimento pesará muito sobre a estabilidade macrofinanceira e o crescimento, agravando um ambiente de políticas já complicado para os países que ainda se recuperam da pandemia de COVID-19.

A inflação, que já vinha subindo em muitos países em consequência de desequilíbrios entre oferta e demanda e das políticas de apoio durante a pandemia, deverá permanecer mais alta por mais tempo. As condições financeiras também se tornaram consideravelmente mais rigorosas, exercendo pressão numa ampla gama de economias de mercados emergentes e em desenvolvimento por causa do aumento dos custos dos empréstimo e do risco de fluxos de saída de capitais.

A guerra na Ucrânia poderá contribuir para a perigosa divergência entre as economias avançadas e as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento. De maneira mais ampla, corre o risco de fragmentar a economia mundial em blocos geopolíticos com diferentes padrões tecnológicos, sistemas de pagamento transfronteiriços e moedas de reserva. Uma mudança tectônica como essa representa o mais grave desafio ao sistema baseado em regras que tem regido as relações econômicas e internacionais nos últimos 75 anos, pondo em risco as conquistas obtidas nas últimas décadas.

## INTENSIFICAR OS ESFORÇOS

Em resposta, o FMI vem oferecendo financiamento crucial, aconselhamento em tempo real, capacitação e apoio aos países membros.

No exercício 2022, foi aprovado um financiamento de emergência de US\$ 1,4 bilhão para a Ucrânia e, a pedido de vários países membros do FMI, foi criada uma conta especial para fornecer aos doadores um meio seguro de fornecer assistência financeira adicional à Ucrânia. Também está em curso um apoio aos países vizinhos da Ucrânia bastante afetados e aos países membros que enfrentem fragilidades ou conflitos.

Os empréstimos do FMI e uma alocação histórica de DES no valor de US\$ 650 bilhões ajudaram a fornecer a tão necessária liquidez a países do mundo inteiro, muitos dos quais ficaram com um espaço fiscal limitado após a pandemia. Mais de US\$ 219 bilhões em empréstimos a 92 países foram aprovados desde o começo da pandemia. Para facilitar o acesso ao financiamento de emergência, os limites de acesso cumulativo aos instrumentos de financiamento de emergência do FMI foram elevados até ao fim de junho de 2023 (para mais detalhes, ver a Tabela 2.2).

Em abril de 2022, apenas

7%

das populações nos países em desenvolvimento de baixa renda haviam sido totalmente vacinadas, em comparação com

73%

nas economias avançadas.

No decorrer do exercício 2022, foram realizadas 126 consultas no âmbito do Artigo IV, 6 avaliações da estabilidade do sistema financeiro e quase 2900 visitas técnicas virtuais. Cerca de 60% da assistência técnica do FMI durante o exercício foi prestada a Estados frágeis e afetados por conflitos, países de baixa renda e pequenos Estados.

## PARCERIAS MUNDIAIS

Em junho de 2021, o FMI uniu forças com o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e a Organização Mundial da Saúde para acelerar o acesso às vacinas, tratamentos e meios de diagnóstico elaborados no âmbito da COVID-19. Liderada pelos dirigentes das instituições, uma força-tarefa foi criada com vista a obter o apoio e financiamento necessários a uma proposta do FMI que visa mobilizar US\$ 50 bilhões para pôr fim à pandemia de COVID-19. Foi fixada uma meta mundial de vacinar, pelo menos, 40% da população dos países até ao fim de 2021 e 70% até meados de 2022.

Para atingi-la, a força-tarefa exortou os países do Grupo dos Vinte (G-20) a compartilhar mais doses de vacinas com países de baixa e média renda; a oferecer financiamento, na forma de doações e recursos concessionais, entre outras; e a eliminar todas as barreiras à exportação de insumos para vacinas, tratamentos e meios de diagnóstico.

Uma base de dados mundial ([www.Covid19GlobalTracker.org](http://www.Covid19GlobalTracker.org)) e um painel de dados por país foram criados para acompanhar e monitorar o progresso rumo à consecução das metas e aumentar a transparência. Contudo, o acesso a ferramentas essenciais para combater a COVID-19 continua bastante desigual. Em abril de 2022, apenas

7% das pessoas nos países em desenvolvimento de baixa renda haviam sido totalmente vacinadas, em comparação com 73% nas economias avançadas. Há diferenças semelhantes no acesso a oxigênio, tratamentos e equipamentos de proteção individual.

Dotar as economias em desenvolvimento com os meios necessários para combater a pandemia e se preparar para futuras necessidades de saúde é do interesse de todos: ninguém está seguro até que todos estejam seguros. De acordo com um plano atualizado, doações

num montante modesto de US\$ 15 bilhões em 2022 e US\$ 10 bilhões anuais daí em diante poderiam fortalecer bastante os sistemas de saúde mundiais.

Mais recentemente, o FMI, o Banco Mundial, o Programa Alimentar Mundial da ONU e a Organização Mundial do Comércio apelaram a uma ação urgente e coordenada em matéria de segurança alimentar e instaram os países a evitar restringir as exportações de alimentos ou fertilizantes.

Em colaboração com parceiros, o FMI continua a defender a cooperação mundial e o multilateralismo.

## REFORMA DA GOVERNANÇA

Os avanços para promover a reforma da governança e concluir bem e em tempo hábil a XVI Revisão Geral das Cotas são cruciais para garantir a solidez do FMI, enquanto instituição baseada num sistema de cotas e numa dotação adequada de recursos. Prevê-se que a revisão se baseie no acordo de 2010, que inclui medidas para proteger as cotas e o poder de voto dos países mais pobres. A atual fórmula de cálculo das cotas, que foi aprovada em 2008 e tem sido usada como guia, também será revista.

# UMA RECUPERAÇÃO MAIS EQUITATIVA

**A capacidade de resposta dos países de baixa renda é menor. O FMI está intensificando seus esforços para ajudar os países mais necessitados.**

**E**m 2 de agosto de 2021, a Diretoria Executiva do FMI aprovou uma alocação geral de DES equivalente a US\$ 650 bilhões, a maior da história da instituição. Os DES recém-criados foram distribuídos a todos os 190 países membros na proporção das suas cotas no FMI, proporcionando um aumento substancial de liquidez aos países. Cerca de US\$ 275 bilhões foram alocados às economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, e os países de baixa renda receberam cerca de US\$ 21 bilhões.

Esta alocação ajudou a reforçar as reservas e aumentar a confiança dos mercados mundiais, melhorou o acesso das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento aos mercados e liberou recursos para os tão necessários esforços nas áreas da saúde e recuperação econômica. Os países de baixa renda estão usando até 40% dos seus DES em gastos essenciais.

Entre o momento em que a alocação de DES foi efetivada e o fim de abril de 2022, os países membros converteram cerca de DES 14,1 bilhões (equivalente a US\$ 19 bilhões) em moeda livremente utilizável por meio de acordos de troca voluntários. Desse montante,



Panamá

Figura 1.2

## A maior alocação de DES da história do FMI

Nova alocação de DES equivalente a US\$ 650 bilhões, dos quais cerca de US\$ 275 bilhões foram para economias emergentes e em desenvolvimento.



Fontes: Departamento Financeiro do FMI e Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação.

## Os países membros converteram

# DES 14,1 bilhões

(equivalente a cerca de US\$19 bilhões)  
em moeda livremente utilizável por meio de acordos de troca voluntários.

as vendas de DES por países de baixa renda representaram cerca de US\$ 4,5 bilhões.

O FMI também oferece opções para que países com posições externas sólidas canalizem voluntariamente a sua alocação de DES para países mais pobres e vulneráveis, como o fundo fiduciário para empréstimos concessionais a países de baixa renda, o Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT) e o recém-criado Fundo Fiduciário para a Resiliência e a Sustentabilidade (RST; ver Tabela 2.4).

O RST complementarizará o conjunto de instrumentos de crédito existente no FMI ao oferecer financiamento de longo prazo acessível nos termos de um acordo ao abrigo do Mecanismo para a Resiliência e a Sustentabilidade (RSF), para apoiar os países à medida que enfrentam desafios estruturais que representam riscos macroeconômicos significativos. Inicialmente, esses riscos abrangerão a mudança climática e a preparação para pandemias.

Em comparação com a Conta de Recursos Gerais (GRA) e o PRGT, o RST oferecerá prazos de financiamento consideravelmente mais longos – com um prazo de carência de 10 anos e meio, e um prazo de vencimento de 20 anos – e uma estrutura de taxas de juros escalonada, proporcionando um maior nível de concessionalidade aos países mais pobres. Cerca de três quartos dos países membros do FMI (143 países) satisfazem os critérios para receber financiamento do RST. Isso abrange todos os países de baixa renda habilitados a receber financiamento do PRGT, os pequenos Estados vulneráveis e os países de renda média-baixa.

## APOIO AOS PAÍSES VULNERÁVEIS

A sobreposição de crises mundiais decorrentes da guerra, da pandemia e da inflação está atingindo mais duramente os países mais pobres. Os países em desenvolvimento de baixa renda sofreram quedas significativas na renda *per capita* durante a pandemia. Agora, estão enfrentando um aumento súbito dos preços da energia, fertilizantes e alimentos, agravado pela guerra na Ucrânia. Isso está contribuindo para um crescimento da pobreza e da desigualdade, o que amplia a divergência entre as economias avançadas e as economias

de mercados emergentes e em desenvolvimento. Enquanto se prevê que o produto agregado das economias avançadas volte à sua tendência anterior à pandemia até 2025, o emprego e a atividade econômica nos mercados emergentes e nos países em desenvolvimento de baixa renda não devem se recuperar no médio prazo. Isso sugere algumas sequelas permanentes.

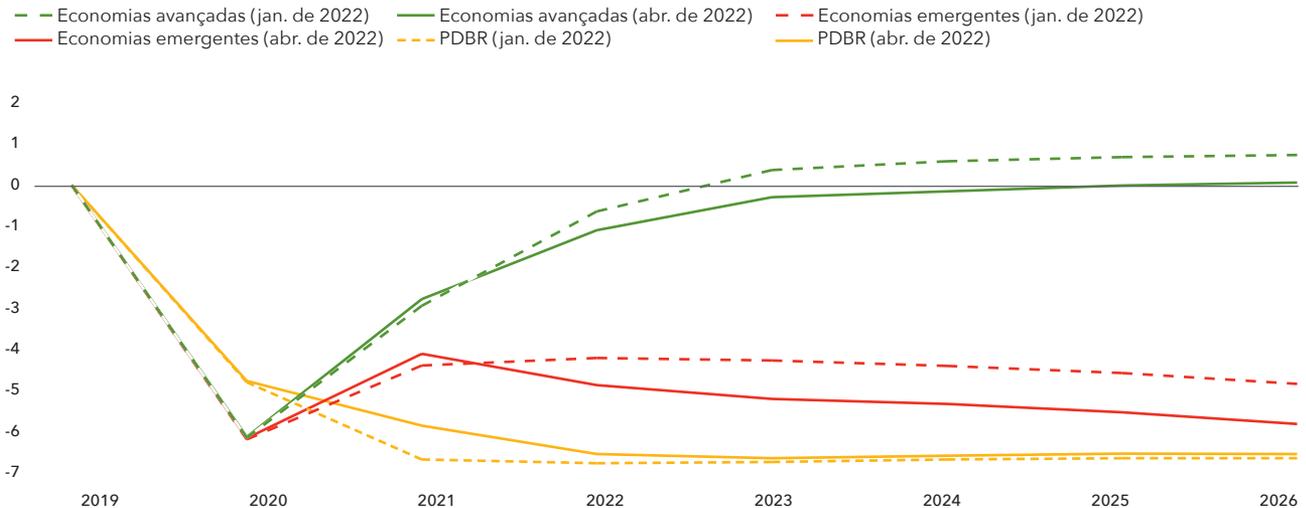
Para melhor apoiar os países de baixa renda, os instrumentos de crédito concessional do FMI passaram por reformas em julho de 2021. Os limites de acesso anual a financiamento concessional aumentaram em 45%, alinhando-os com os limites da GRA. Além disso, os tetos rígidos aos limites cumulativos foram eliminados totalmente no caso dos países mais pobres, desde que cumpram os requisitos para obter acesso superior à norma. Os limites cumulativos para os instrumentos de financiamento de emergência também foram elevados em dezembro de 2021. Essas reformas

Figura 1.3

## Sequelas persistentes

(desvio percentual em relação ao nível previsto no *World Economic Outlook* de janeiro de 2020)

**O emprego e a atividade econômica nos mercados emergentes e nos países em desenvolvimento de baixa renda dificilmente se recuperarão no médio prazo.**



Fontes: FMI, *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.  
PDBR = País em desenvolvimento de baixa renda.

aumentarão a disponibilidade de financiamento concessional para países com políticas sólidas e grandes necessidades do balanço de pagamentos.

A Diretoria Executiva do FMI também aprovou uma estratégia associada de captação de recursos em duas etapas para apoiar a sustentabilidade do PRGT a longo prazo, envolvendo novas contribuições para os recursos destinados a subsídios e empréstimos, facilitada pela canalização de DES. Essas reformas do PRGT vão assegurar que o FMI disponha da capacidade para responder de forma flexível às necessidades dos países de baixa renda a médio prazo e, ao mesmo tempo, continue a oferecer empréstimos concessionais a taxas de juros zero.

A previsão é que os empréstimos sejam concedidos por meio de acordos plurianuais – uma mudança em relação a 2020, quando os países recorriam em grande parte aos instrumentos de financiamento emergencial do FMI.

Foi implementado um novo quadro, aprovado em março de 2022, para apoiar os Estados frágeis e

afetados por conflitos. O impacto da crise causada pela COVID-19 e das repercussões da guerra na Ucrânia expôs esses países a um risco significativo de ficarem ainda mais para trás em relação ao resto do mundo, dados seus desafios estruturais de longo prazo, como a fraca capacidade das suas instituições, os desafios em matéria de governança, os recursos limitados e as dificuldades associadas à degradação ambiental ou aos conflitos ativos. Cerca de um quinto dos países membros do FMI estão classificados como Estados frágeis e afetados por conflitos.

O novo quadro abrange a implementação de estratégias de interação com os Estados frágeis e afetados por conflitos para melhor adequar as atividades do FMI, embasar a concepção dos programas e as condicionalidades, reforçar o diálogo com as autoridades nacionais e respectivos parceiros; aumentar a presença do FMI em campo para melhor apoiar o desenvolvimento das capacidades; e consolidar as parcerias com outras instituições financeiras internacionais e doadores, como o Banco Mundial.

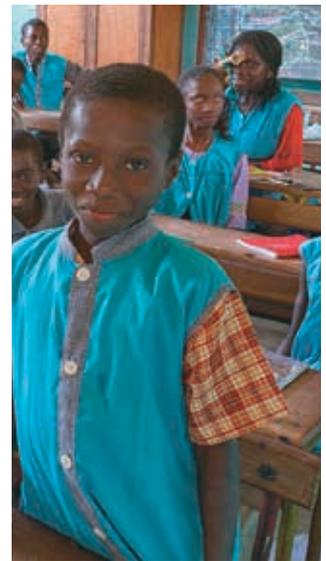


## Como a alocação de DES ajudou os países membros

O FMI publicou uma ferramenta que acompanha o uso das alocações dos direitos especiais de saque (DES) pelos países membros, com base nos relatórios do corpo técnico publicados após a implementação da alocação geral. O objetivo dessa ferramenta é promover a transparência e a prestação de contas sobre como os países estão empregando esses recursos.

Alguns países já estão usando ou planejam usar suas alocações para apoiar gastos relacionados à saúde e à vacinação, financiar seus déficits orçamentários globais ou quitar dívidas de custo alto.

Eis alguns exemplos de como os países estão empregando suas alocações:



**Equador:** a alocação foi diretamente para o orçamento do Estado em 2021 e foi usada para cobrir déficits de financiamento. Um novo código orçamentário está sendo usado para monitorar como os recursos em DES são gastos.

**Guiné-Bissau:** a alocação ajudou a colmatar o déficit de financiamento externo do país e foi usada para garantir o serviço da dívida externa não concessional.

**Moldávia:** dadas as grandes necessidades de financiamento do país, as autoridades usaram a alocação para financiar o orçamento. Uma lei especial foi elaborada e aprovada pelo parlamento para assegurar a coerência com o quadro jurídico do governo.

**Senegal:** as autoridades gastaram cerca de metade da alocação de DES no setor da saúde, na produção interna de vacinas e em transferências de renda, e saldaram obrigações de dívida não cumpridas. A outra metade deve ser usada para cobrir necessidades de financiamento e transações financeiras.



A vibrant, bustling market street in Uganda, filled with people and stalls. The scene is captured with a long exposure, creating a sense of motion and activity. The market is set up on a dirt road, with various goods displayed on tables and hanging from stalls. A sign for 'Kikubo Lane' is visible in the middle ground. The overall atmosphere is one of a busy, traditional marketplace.

**A dívida pública  
representa agora cerca de**

**40%**

**do total mundial,  
a maior percentagem  
em quase seis décadas.**

# A DINÂMICA DA DÍVIDA

As vulnerabilidades da dívida estão aumentando, o que poderá resultar em custos e riscos para devedores, credores e, de maneira mais ampla, para a estabilidade e prosperidade mundiais.

A guerra na Ucrânia está aumentando a pressão sobre as finanças públicas em um momento em que os países ainda estão procurando se recuperar da pandemia. As medidas extraordinárias de política adotadas durante a pandemia permitiram estabilizar os mercados financeiros e aliviaram gradualmente as condições de liquidez e de crédito em todo o mundo, contribuindo para a recuperação. Contudo, os déficits aumentaram e a dívida se acumulou muito

mais rapidamente do que durante as recessões anteriores, como a crise financeira mundial.

De acordo com a base de dados do FMI sobre a dívida mundial (Figura 1.4), o endividamento global saltou 28 pontos percentuais, para 256% do PIB em 2020. Os empréstimos contraídos pelos governos responderam por cerca da metade desse aumento, enquanto as empresas não financeiras e as famílias foram responsáveis pelo restante. A dívida pública representa agora cerca de 40% do total mundial, a maior porcentagem em quase seis décadas.

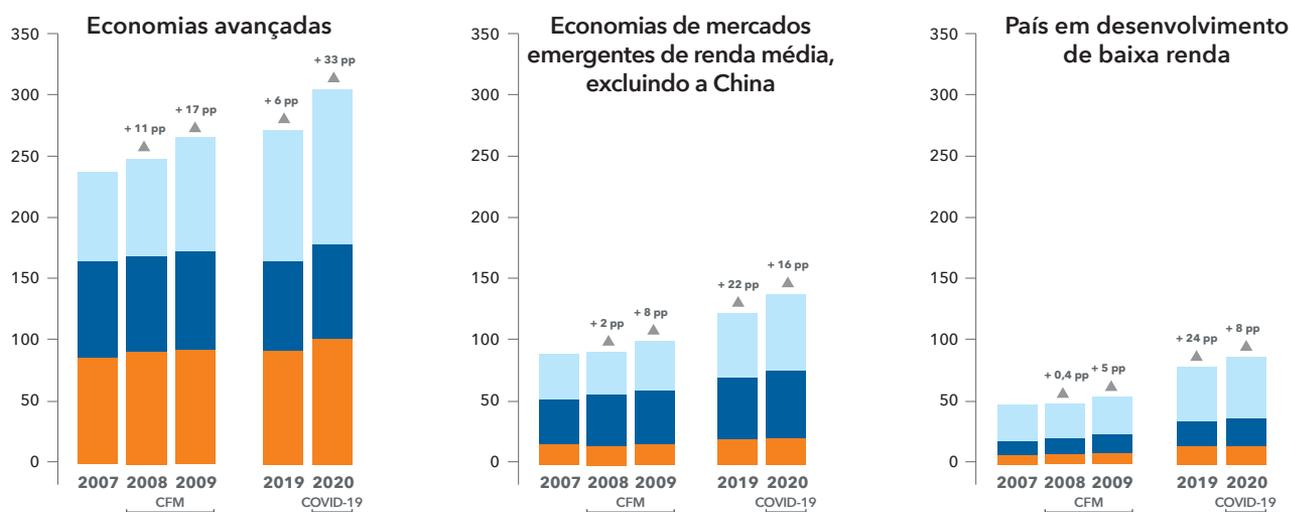
Figura 1.4

## Uma dívida recorde

(em percentagem do PIB)

● Empresas não financeiras ● Dívida das famílias ● Dívida pública

A dívida mundial está aumentando rapidamente. É provável que as reestruturações da dívida se tornem mais frequentes.



Fontes: Base de dados do FMI sobre a dívida mundial; *World Economic Outlook* publicado pelo FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A dívida pública refere-se à maior categoria de dívida disponível (setor público não financeiro, governo geral e governo central, em ordem decrescente). A dívida privada inclui apenas empréstimos e títulos. Todos os grupos de renda e os grupos regionais seguem a metodologia do *World Economic Outlook*. O total da dívida (em percentagem do PIB) não corresponde exatamente à soma dos componentes da dívida pública e da dívida privada. Isso se deve à diferença de cobertura das variáveis correspondentes nos países, o que faz variar as ponderações de cada país. No caso presente, a dívida das famílias constitui o residual. Para 2020, a dívida total a nível mundial é estimada em 256% do PIB; a dos Estados Unidos a 298% e a das economias avançadas, excluindo os Estados Unidos a 301%; a das economias de mercados emergentes, excluindo a China, a 137%; e a dos países em desenvolvimento de baixa renda a 87%.

CFM = crise financeira mundial; pp = pontos percentuais.

## O FMI ofereceu um alívio da dívida totalizando

# DES 690 milhões

(cerca de US\$ 927 milhões)  
aos países membros  
mais pobres.

Os governos agora estão lutando contra o aumento dos preços de produtos importados e do custo da dívida em um ambiente altamente incerto de inflação elevada e desaceleração do crescimento. À medida que a orientação da política monetária se torna mais austera para conter a inflação, os custos dos empréstimos soberanos aumentam, reduzindo o espaço para os gastos públicos e aumentando as vulnerabilidades da dívida, sobretudo nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento. Como se não bastasse, em muitos casos, desconhece-se a magnitude dos passivos e das suas condições.

Para atacar o problema da dívida insustentável, o G-20 e o Clube de Paris chegaram a um acordo em novembro de 2020 acerca do Quadro Comum sobre o Tratamento da Dívida, que vai além da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) e visa lidar com a insolvência e com problemas prolongados de liquidez em países habilitados, fornecendo alívio da dívida compatível com as necessidades de gastos do devedor e a sua capacidade de pagamento.

O Quadro Comum começou de maneira lenta: até ao momento, nenhum país conseguiu reestruturar a sua dívida. A natureza dos atrasos varia e se estende tanto aos credores quanto aos devedores, mas é preciso que todas as partes interessadas pertinentes ajam sem demora para que o quadro produza resultados. Isso abrange esclarecer as etapas e o calendário do processo, colaborar o mais cedo possível com todas as partes interessadas, esclarecer a maneira como será implementada a comparabilidade de tratamento dos credores do setor privado e estender o quadro a outros países altamente endividados, mas que não podem beneficiar da DSSI. Uma moratória dos pagamentos da

dívida durante as negociações no âmbito do quadro proporcionaria alívio aos devedores em dificuldade e facilitaria a celebração de um acordo mais rápido. Em conjunto com o Banco Mundial, o FMI continuará a apoiar a implementação do quadro.

De forma mais ampla, os governos precisam adotar quadros de políticas de médio prazo que equilibrem as necessidades e investimentos de

curto prazo e a sustentabilidade fiscal no médio prazo. Reformas para aumentar a transparência da dívida e fortalecer as políticas e quadros de gestão da dívida são essenciais para reduzir os riscos. Para apoiar os países de baixa renda e as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento nesse esforço, o FMI e o Banco Mundial vêm abordando, desde 2018, as crescentes vulnerabilidades da dívida por meio de uma abordagem multifacetada. O trabalho iniciado no âmbito dessa abordagem com o intuito de aumentar a transparência da dívida continua, inclusive através do fortalecimento da capacidade de gestão da dívida, da aplicação de ferramentas precisas de análise da dívida e da melhoria das políticas. O FMI continua a trabalhar com os parceiros para reforçar a arquitetura de resolução da dívida.

Para os países de baixa renda, as reformas na política do FMI sobre limites de endividamento, que passaram a vigorar em junho de 2021, dão a esses países mais flexibilidade para administrar a dívida e, ao mesmo tempo, incorporar salvaguardas para preservar ou restabelecer a sustentabilidade da dívida. A política sobre limites de endividamento é uma ferramenta importante para lidar com as vulnerabilidades da dívida e um quadro de referência útil para as decisões de empréstimo por parte de outros credores.

## ALÍVIO DA DÍVIDA

Os credores oficiais ofereceram alívio da dívida por meio da DSSI do G-20, que o FMI, em conjunto com o Banco Mundial, apoiou. Essa iniciativa entrou em vigor em maio de 2020 e concedeu US\$ 12,9 bilhões em alívio da dívida a 48 países antes de expirar em dezembro de 2021.

Em paralelo, o FMI ofereceu aos países membros mais pobres um alívio do serviço da dívida relacionado aos seus próprios empréstimos, no âmbito do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT). A Diretoria Executiva do FMI aprovou a quinta e última parcela desse alívio em dezembro de 2021, e o alívio expirou em abril de 2022. O total do alívio da dívida chegou a quase DES 690 milhões (cerca de US\$ 927 milhões, ver quadro 2.3). Dezoito membros do FMI e da União Europeia ajudaram a financiar esse apoio, com promessas de doações de cerca de DES 609 milhões (cerca de US\$ 819 milhões).

Com o fim do alívio da dívida e a previsão de aumento dos juros, os custos dos empréstimos poderiam subir consideravelmente, pressionando os orçamentos

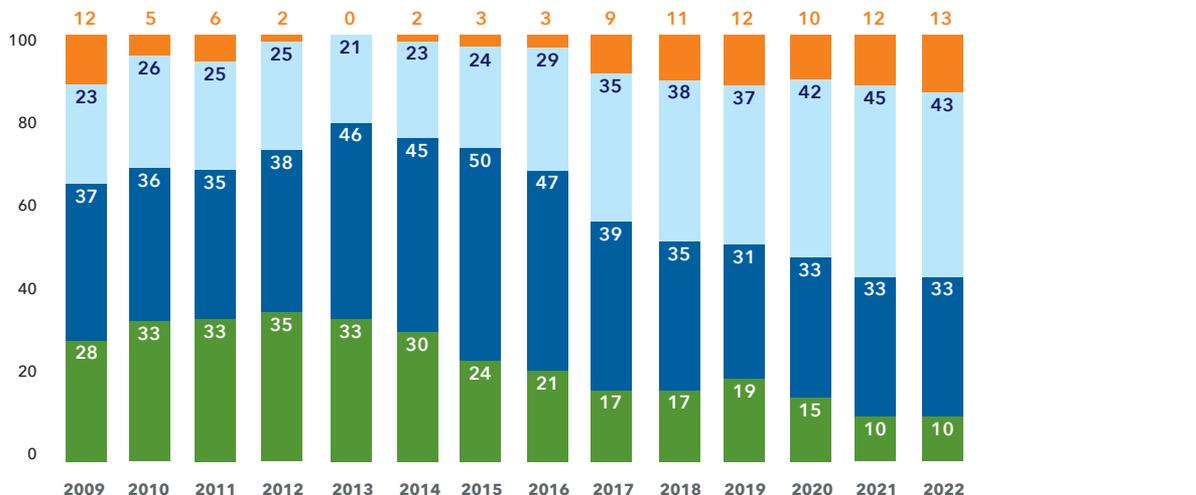
nacionais e tornando cada vez mais difícil para os países de baixa renda cumprir o serviço da dívida. Cerca de 60% dos países em desenvolvimento de baixa renda correm alto risco de superendividamento ou já estão nessa situação. Os choques econômicos decorrentes da guerra na Ucrânia agravam ainda mais seus desafios. O apoio contínuo da comunidade internacional será crucial para esses países.

O Sudão, por sua vez, tomou as medidas necessárias para começar a receber alívio da dívida no âmbito da Iniciativa reforçada para os países pobres muito endividados (HIPC). É o 38.º país a alcançar esse marco, conhecido como o ponto de decisão da Iniciativa HIPC. Uma vez alcançado o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC, a dívida pública externa do Sudão será reduzida em mais de US\$ 50 bilhões em valor atualizado líquido, representando mais de 90% do total da sua dívida externa. A normalização das relações do Sudão com a comunidade internacional lhe permitiu obter acesso a mais recursos financeiros, posicionando o país em uma trajetória para alcançar um crescimento mais inclusivo.

## Figura 1.5 Riscos crescentes de endividamento nos países de baixa renda

(em porcentagem de países beneficiando da DSSI com base em ASD para PBR)

**A proporção de países em alto risco de superendividamento, ou superendividados, dobrou para 60% em relação aos níveis de 2015.**



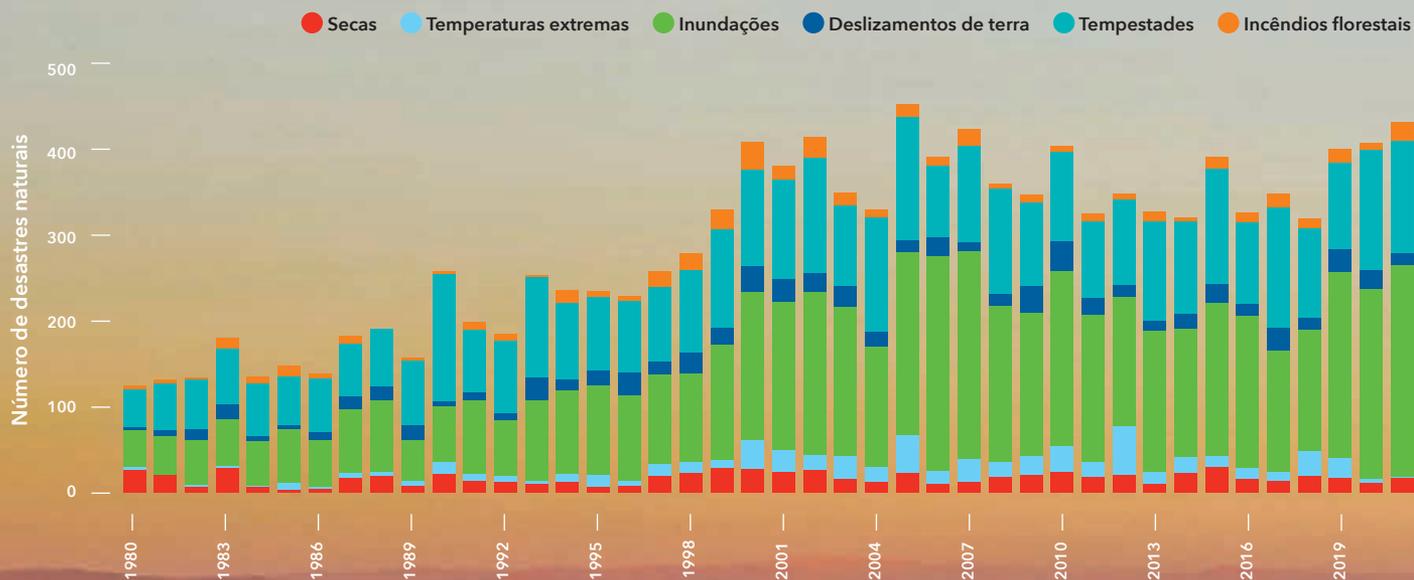
Fonte: Base de dados da ASD para os PBR.

Nota: Em 31 de março de 2022. DSSI = Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida; LIC = País de baixa renda; DSA = Análises de sustentabilidade da dívida.

Figura 1.6

## Frequência dos desastres naturais

A mudança climática intensificou a ocorrência de desastres naturais.



Fonte: EM-DAT, CRED/UCLouvain, Bruxelas (Bélgica).

# MUDANÇA CLIMÁTICA, DIGITALIZAÇÃO E INCLUSÃO

**Estão em curso grandes transformações estruturais. As autoridades devem agarrar as oportunidades.**

**M**esmo quando os países enfrentam crises em múltiplas frentes, é crucial não ignorar o desafio a longo prazo de aumentar a resiliência a choques e alcançar um crescimento sustentável e inclusivo. Se esses desafios de longo prazo não forem enfrentados em tempo hábil, as consequências econômicas poderão ser significativas e causar futuros problemas em matéria de balanço de pagamentos.

## ENFRENTAR A MUDANÇA CLIMÁTICA

A mudança climática tem grandes custos econômicos e sociais, em parte por contribuir para um aumento da frequência e intensidade dos desastres naturais, o que afeta a estabilidade financeira e macroeconômica. Para que o FMI cumpra seu mandato, precisa ajudar os países membros a administrar esses desafios, ampliando de forma mais rápida e sistemática a cobertura das questões relacionadas ao clima por meio dos seus empréstimos, bem como do seu trabalho analítico, de supervisão e de desenvolvimento das capacidades.

Em julho de 2021, a Diretoria Executiva aprovou uma estratégia para ajudar os países membros a enfrentar os desafios relacionados com a formulação de políticas sobre a mudança climática. Como parte da supervisão do FMI, as consultas realizadas no âmbito do Artigo IV cobrem agora regularmente as políticas e estratégias de mitigação e adaptação utilizadas para administrar a transição para uma economia de baixo carbono, sobretudo no caso dos países altamente dependentes da

## No exercício 2022, as questões climáticas foram mencionadas em avaliações de cerca de 30 países, incluindo Alemanha, Barbados, Canadá, China, Estados Unidos, Fiji, Malauí, México e Reino Unido.

produção de combustíveis fósseis. No ano passado, as questões climáticas constaram de cerca de 30 avaliações de países, como Alemanha, Barbados, Canadá, China, Estados Unidos, Fiji, Malauí, México e Reino Unido.

Em um esforço para integrar no trabalho do FMI avaliações detalhadas dos riscos relacionados ao clima, o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP) do FMI agora incorpora a análise dos riscos climáticos, incluindo testes de estresse quando pertinente. Análises dos riscos climáticos foram concluídas para a África do Sul, Colômbia, Filipinas, Noruega e Reino Unido. A avaliação dos quadros de supervisão também começará a analisar os riscos climáticos.

Também se está trabalhando para ampliar o desenvolvimento das capacidades relacionadas ao clima. Por exemplo, para ajudar os governos a reforçar a eficácia do investimento público em infraestruturas de baixo carbono e resilientes ao clima, um novo módulo climático foi acrescentado ao quadro atual de Avaliação da Gestão do Investimento Público (AGIP). A AGIP relacionada ao clima já foi testada em mais de 15 países. Um novo instrumento do FMI para o diagnóstico climático, o Programa de Avaliação Macroeconômica da Mudança Climática, foi elaborado e testado em dois países. Seu objetivo é avaliar os riscos macrofisciais dos choques e estresses climáticos, a preparação dos países vulneráveis ao clima e as implicações das políticas de mitigação e adaptação. Um quadro de “gestão verde das finanças públicas” foi lançado em agosto de 2021 e apresentado em várias formações regionais, ajudando os governos a incorporar o clima às práticas de gestão das finanças públicas.

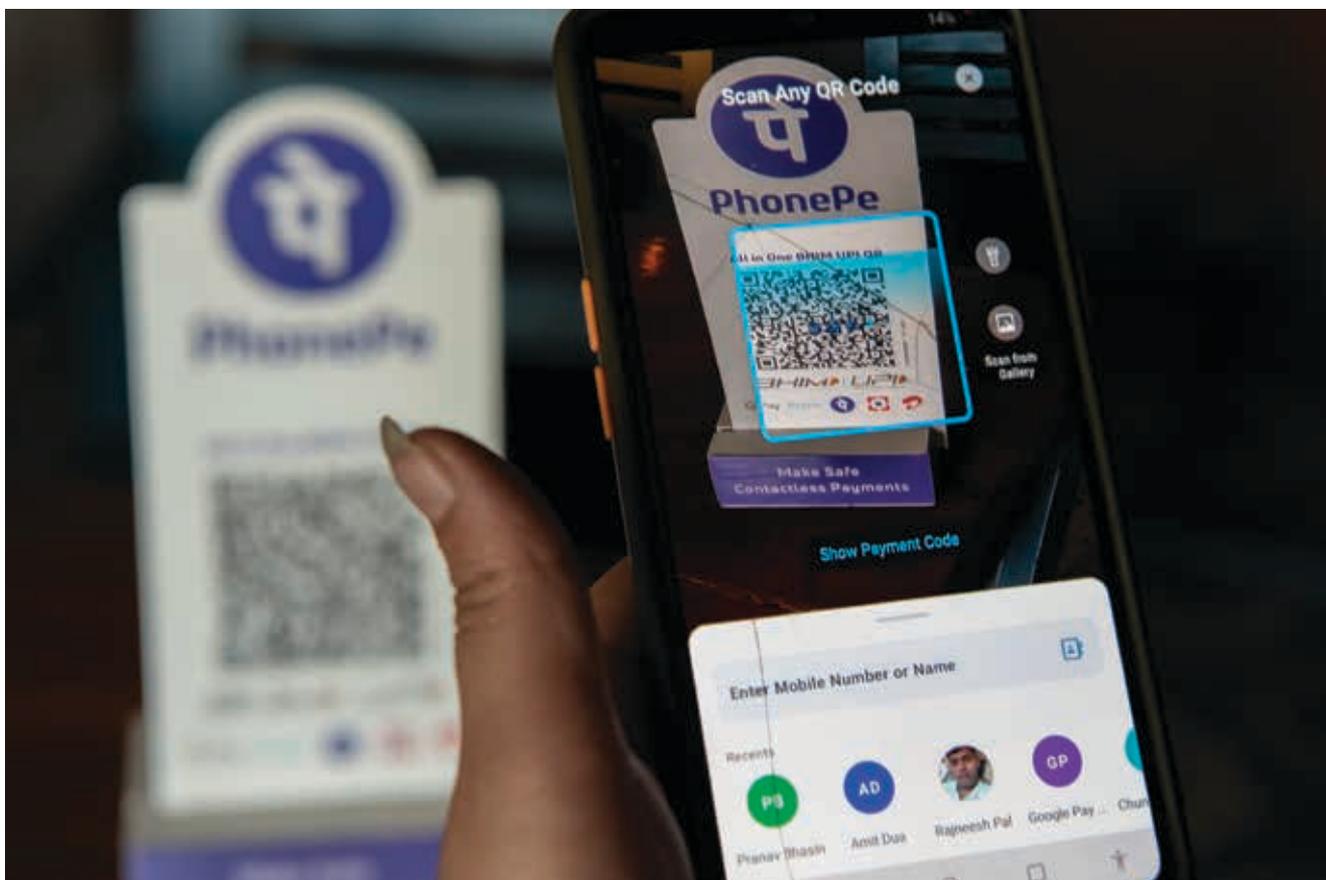
Para melhorar os dados e a divulgação de informações a fim de melhor precificar e administrar os riscos climáticos, em 2021, o FMI lançou o Painel de Indicadores de Mudanças Climáticas, que vem sendo atualizado desde então. O painel se baseia na colaboração com outras

organizações internacionais e abrange uma gama de indicadores distintos que demonstram o impacto da atividade econômica na mudança climática, constituindo um guichê único onde se encontram dados macroeconômicos pertinentes relacionados à mudança climática. Esses indicadores foram repartidos nas cinco seguintes categorias: atividade econômica, efeitos transfronteiriços, atividade financeira e riscos, políticas públicas e dados sobre a mudança climática.

O corpo técnico do FMI também faz parte da Secretaria da Coalizão de Ministros das Finanças para a Ação Climática, bem como do grupo de trabalho sobre riscos, dados e vulnerabilidades climáticos criado pelo Conselho de Estabilidade Financeira. A instituição colabora com organismos internacionais como o Banco de Compensações Internacionais; o Banco Mundial, as Nações Unidas; a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e a Rede de Bancos Centrais e Supervisores para um Sistema Financeiro mais Verde (NGFS), em que os países membros do FMI copresidem o fluxo de trabalho para “fechar as lacunas de dados”.

### DIGITALIZAÇÃO

As formas digitais de dinheiro são diversas e evoluem rapidamente. As oportunidades são imensas, mas os desafios para as autoridades também são duros,



## Índia

complexos e generalizados. As implicações mais abrangentes recaem sobre a estabilidade do sistema monetário internacional. O dinheiro digital precisa ser concebido e regulado de modo que os países membros colham os benefícios em potencial, como o aumento da inclusão financeira e da eficiência dos pagamentos internacionais. Para alcançar essas metas, é necessário administrar os riscos relacionados à volatilidade dos fluxos de capitais e à perda de controle sobre a política monetária. A cooperação internacional será crucial para mitigar as repercussões transfronteiriças.

Um dos mandatos do FMI consiste em garantir que a adoção generalizada de novas formas de

dinheiro digital promove a estabilidade econômica e financeira interna, assim como a estabilidade do sistema monetário internacional. Em vista disso, o FMI interage regularmente com as autoridades para avaliar as políticas específicas dos países, identificar opções e dilemas em termos de políticas e oferecer capacitação.

Para tanto, o FMI está aprofundando seus conhecimentos e experiência e está colaborando estreitamente com o Banco de Compensações Internacionais, o Banco Mundial, o Conselho de Estabilidade Financeira e outros grupos de trabalho e organismos normalizadores internacionais.

## O FMI continua a oferecer o desenvolvimento prático das capacidades, sobretudo em matéria de orçamentação sensível às questões de gênero, e iniciou uma colaboração com a Fundação Gates para fortalecer a análise e a assessoria sobre instituições e políticas de gênero.

Como parte da supervisão exercida pelo FMI, os efeitos internos mais amplos decorrentes da adoção do dinheiro digital também estão sendo abordados em um número cada vez maior de países. Por exemplo, a recente consulta realizada nas Bahamas no âmbito do Artigo IV apresentava uma análise da introdução do “Sand Dollar” (a versão digital do dólar das Bahamas). A análise dos riscos relacionados aos serviços financeiros digitais também será incluída nos relatórios do FSAP, como ocorreu recentemente com a Coreia, Singapura e a Suíça. As ferramentas de avaliação estão sendo atualizadas para incorporar novas fontes de riscos, bem como orientações e recomendações emitidas por organismos normalizadores internacionais.

A digitalização e o dinheiro móvel também estão transformando rapidamente as operações e políticas fiscais por meio da GovTech, uma área em que o apoio do FMI aos países membros vem crescendo. Durante a pandemia, os governos aceleraram a oferta de serviços públicos importantes em formato digital. Cada vez mais, as autoridades tributárias estão usando sistemas eletrônicos para a declaração e pagamento de impostos, bem como tecnologias digitais para melhor gerir o cumprimento das obrigações fiscais, ajudando a reduzir a evasão fiscal e reforçar a arrecadação. As tecnologias digitais também estão aumentando a eficiência e eficácia

dos sistemas e processos de gestão das finanças públicas, em particular a preparação e execução do orçamento, a gestão de caixa e da dívida, as compras e contratações eletrônicas, os relatórios financeiros e auditorias, e a administração de programas sociais. Em muitos países, a digitalização também está possibilitando melhorias na governança e transparência fiscal, facilitando o acesso dos cidadãos e outros interessados a informações sobre as receitas e despesas públicas e reduzindo as oportunidades de corrupção.

### CRESCIMENTO INCLUSIVO E GÊNERO

As desigualdades dentro dos países e entre eles cresceram

durante a pandemia. É provável que as repercussões da guerra na Ucrânia, como o risco de fragmentação, amplifiquem essas desigualdades, o que poderia reverter anos de progresso.

A pandemia também aprofundou as diferenças de gênero de longa data, o que gera implicações macroeconômicas fundamentais. Os estudos do FMI têm destacado sistematicamente os benefícios de abordar a desigualdade extrema, como o aumento da produtividade e da estabilidade financeira.

Em julho de 2022, o FMI finalizou uma estratégia para melhor integrar o trabalho sobre o gênero nas suas análises e assessoria. Ele continua a oferecer o desenvolvimento prático das capacidades, sobretudo em matéria de orçamentação sensível às questões de



### Côte d'Ivoire

gênero, e iniciou uma colaboração com a Fundação Gates para fortalecer a análise e a assessoria sobre instituições e políticas e de gênero. Como parte da Plataforma de Colaboração sobre Tributação, uma iniciativa conjunta com o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o FMI também está considerando como a tributação pode contribuir para a conquista da igualdade de gênero.

Além do trabalho analítico em andamento sobre a desigualdade da renda e da riqueza, o FMI continua a implementar sua estratégia de atuação na área dos gastos sociais. Por meio da Iniciativa de

Desenvolvimento das Capacidades para Enfrentar a Crise da COVID-19, o FMI está ajudando os países de baixa renda e as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento a enfrentar as desigualdades, por exemplo, ao melhorar as políticas tributárias e alavancar a digitalização para criar redes de proteção e acelerar as transferências de renda.

Além disso, está em andamento um estudo sobre epidemias, gênero e capital humano, que busca extrair lições de crises sanitárias anteriores. Essa análise permitirá quantificar o impacto das crises sanitárias nos índices de conclusão escolar em países de baixa renda, sobretudo para as meninas.



Parte 2

# O QUE FAZEMOS

O FMI busca promover o crescimento sustentável e a prosperidade de todos os seus 190 países membros, por meio das suas atividades de:

## SUPERVISÃO ECONÔMICA

# 126

exames das economias nacionais

O FMI monitora o sistema monetário internacional, bem como as políticas econômicas e financeiras dos seus países membros. Como parte desse processo de monitoramento, conhecido como supervisão, que ocorre em escala mundial e junto a cada país membro, o FMI destaca os possíveis riscos à estabilidade e recomenda ajustes nas políticas para eliminá-los. Essas atividades de supervisão culminam em consultas regulares (normalmente anuais) com cada país membro, denominadas "consultas nos termos do Artigo IV". No caso de países membros com sistemas financeiros de importância sistêmica, o FMI conduz também regularmente análises pormenorizadas dos setores financeiros, no âmbito do FSAP.

## EMPRÉSTIMOS

# US\$ 113

bilhões para 23 países, incluindo US\$ 9 bilhões para 14 países de baixa renda, totalizando US\$ 219 bilhões para 92 países desde o início da pandemia

O FMI concede empréstimos aos países membros que enfrentem problemas reais ou potenciais do balanço de pagamentos para ajudá-los a reconstituir suas reservas internacionais e restabelecer as condições para um crescimento econômico robusto, ao mesmo tempo que toma as medidas necessárias para corrigir os problemas subjacentes. A instituição também oferece financiamento de emergência com desembolso rápido e condicionalidade limitada - e expandiu consideravelmente esse tipo de financiamento após o início da pandemia de COVID-19.

## DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES

# US\$ 242

milhões para a assessoria técnica prática, a formação centrada nas políticas e a aprendizagem entre pares

O FMI colabora com os países para fortalecer suas instituições econômicas, oferecendo assistência técnica e formação em temas econômicos de importância crítica. Esta colaboração ajuda os países a fortalecerem as suas economias e criarem mais empregos. O FMI compartilha seus conhecimentos com instituições governamentais como ministérios das finanças, bancos centrais, órgãos de estatística, agências de supervisão financeira e autoridades tributárias, por meio de assessoramento prático, formação e aprendizagem entre pares. As atividades de reforço das capacidades do FMI são conduzidas de forma presencial ou remota por consultores residentes de longo prazo nos países e por conselheiros nos centros regionais de capacitação, durante visitas de curto prazo de equipes da sede e de peritos do FMI. Essas atividades decorrem também em salas de aula e cursos online gratuitos.



RELATÓRIO ANUAL DO FMI 2022  
SAIBA MAIS  
ON-LINE  
IMF.ORG/AR2022



RELATÓRIO ANUAL DO FMI 2022  
SAIBA MAIS  
ON-LINE  
IMF.ORG/AR2022

# SUPERVISÃO ECONÔMICA

Por meio da supervisão, o FMI monitora o sistema monetário internacional e a evolução da economia mundial, e faz exames anuais da solidez das políticas econômicas e financeiras dos seus 190 países membros. Além disso, o FMI assinala os possíveis riscos para a estabilidade dos países membros e assessora os governos sobre possíveis ajustes nas políticas, para que o sistema monetário internacional cumpra seu objetivo de facilitar o intercâmbio de bens, serviços e capital entre os países e, assim, apoie o crescimento econômico robusto. O FMI presta assessoria sobre as políticas de cada país membro por meio da “supervisão bilateral” e faz uma análise do sistema monetário internacional e da evolução econômica global e regional por meio da “supervisão multilateral”. Na prática, esses dois aspectos da supervisão se complementam, assegurando uma análise mais completa e coerente das repercussões ou “efeitos de contágio”: como as políticas de um país afetam outros países.

Nesta era de incerteza econômica sem precedentes, a supervisão oportuna e adaptada às circunstâncias específicas continua a ser vital para compartilhar lições e oferecer aos países membros uma assessoria em políticas bem calibrada.

República Quirguiz

## SUPERVISÃO BILATERAL

As consultas realizadas no âmbito do Artigo IV constituem um diálogo interativo entre o FMI e as autoridades nacionais sobre uma série de questões fundamentais financeiras, fiscais, cambiais, monetárias e estruturais. No exercício 2022, o FMI conduziu 126 consultas no âmbito do Artigo IV e 11 avaliações da estabilidade do sistema financeiro no âmbito do FSAP.

Em seguimento ao Exame Integral da Supervisão e à revisão do FSAP realizados recentemente, o FMI continua a aprimorar suas atividades de supervisão bilateral, entre outras coisas, fortalecendo a análise de riscos sistêmicos, ancorando melhor a assessoria em políticas macroprudenciais, melhorando seus quadros de previsão e monitoramento, e aprofundando o trabalho sobre a transmissão de dados e as normas conexas. A orientação sobre os quadros fiscais de médio prazo também está sendo reforçada.

## SUPERVISÃO MULTILATERAL

Como parte da supervisão multilateral, o FMI emite relatórios semestrais e atualizações sobre os mais recentes acontecimentos econômicos mundiais: *Perspectivas da Economia Mundial* (relatório WEO), o *Relatório sobre a Estabilidade Financeira Mundial* (GFSR) e o *Monitor Fiscal*. Essas publicações contêm capítulos temáticos com análises mais aprofundadas de temas específicos. Quando necessário, são também publicadas atualizações intercalares da conjuntura econômica mundial. É também publicado anualmente um *Relatório sobre o Setor Externo*, como parte do esforço constante para proporcionar uma avaliação franca e rigorosa dos desequilíbrios mundiais excessivos e as suas causas.

O FMI publica ainda relatórios sobre as perspectivas econômicas regionais, que descrevem a evolução das políticas e os desafios de cada região e apresentam dados e análises nacionais.

As consultas no âmbito do Artigo IV e as avaliações da estabilidade do sistema financeiro no âmbito do FSAP também analisam temas ligados à supervisão multilateral, quando pertinentes.

## VISÃO INSTITUCIONAL SOBRE OS FLUXOS DE CAPITALIS

A Visão Institucional sobre a Liberalização e Gestão dos Fluxos de Capitais foi atualizada no exercício 2022 para analisar opções apropriadas do uso preventivo de medidas de gestão dos fluxos de capitais e medidas macroprudenciais, mesmo na ausência de fluxos de entrada de capitais, para abordar determinados riscos à estabilidade financeira. A base dessa mudança é o Quadro Integrado de Políticas, uma iniciativa do FMI que visa desenvolver um quadro sistemático de análise das opções e alternativas de política econômica em resposta a choques, dadas as características específicas dos países.

O FMI procedeu a outra atualização importante que permite o tratamento especial de algumas categorias de medidas de gestão dos fluxos de capitais. Entre as medidas macroprudenciais implementadas em linha com o quadro de Basileia, podemos citar medidas tributárias baseadas em determinadas normas de cooperação internacional para prevenir ou reduzir a evasão fiscal, medidas implementadas em linha com as normas internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e medidas adotadas por motivos de segurança interna ou internacional.

À semelhança de outras políticas do FMI, a Visão Institucional continuará a ser orientada pelos avanços na investigação e ensinamentos tirados da sua implementação, bem como pela evolução da economia mundial.

## ASSESSORIA EM POLÍTICAS

A Diretoria Executiva do FMI analisa todos os aspectos das atividades levadas a cabo pelo FMI: das consultas no âmbito do Artigo IV aos temas de políticas importantes para a economia mundial. A Diretoria conduz seu trabalho com base, em grande medida, nos documentos elaborados pela Direção-Geral e pelo corpo técnico. No exercício 2022, o FMI publicou 72 desses documentos. Para obter uma lista completa dos documentos de orientação e outras publicações lançados pelo FMI no exercício 2022, visite o website do *Relatório Anual* em [www.imf.org/AR2022](http://www.imf.org/AR2022).

# EMPRÉSTIMOS

O financiamento do FMI ajuda os países membros a superar problemas do balanço de pagamentos, estabilizar suas economias e restaurar o crescimento econômico sustentável. Pode também ser disponibilizado para fazer face a catástrofes naturais ou pandemias. O FMI oferece financiamento precautório a países com políticas econômicas sólidas que talvez ainda apresentem algumas vulnerabilidades, para ajudá-los a prevenir crises e se proteger contra elas, e continua a aperfeiçoar as ferramentas para a prevenção de crises. Por último, por meio do RST, que foi instituído no exercício 2022 e deverá entrar em operação até o fim de 2022, o FMI proporcionará financiamento de longo prazo em condições acessíveis para que os países aumentem a resiliência a choques externos e assegurem o crescimento sustentável, o que contribuirá para a estabilidade do balanço de pagamentos a longo prazo. Ao contrário dos bancos de desenvolvimento, o FMI não concede empréstimos para projetos específicos.

Em termos gerais, o financiamento do FMI divide-se em duas categorias: empréstimos a taxas de juros definidas como a média dos juros praticados entre as principais moedas internacionais e empréstimos em condições concessionais para países de baixa renda. Os empréstimos concessionais atualmente são isentos de juros. O RST será uma terceira categoria de empréstimos, que prevê uma estrutura de taxas de juros escalonadas que se aplicam a diferentes grupos de países.





Desde o início da pandemia de COVID-19, o FMI reagiu numa velocidade e magnitude sem precedentes, por meio de financiamento de emergência, empréstimos no âmbito de programas e alívio da dívida aos países membros mais pobres.<sup>1</sup>

No exercício 2022, o FMI reforçou ainda mais a liquidez e a resiliência mundiais ao fazer a maior alocação de DES de todos os tempos (equivalente a US\$ 650 bilhões) e ofereceu alívio adicional do serviço da dívida por meio do CCRT aos países membros mais pobres e mais vulneráveis atingidos por catástrofes naturais ou por desastres de saúde pública.

À medida que o crescimento mundial se recuperou durante 2021, a demanda por financiamento do FMI gradualmente se deslocou do financiamento emergencial acionado por necessidades urgentes do balanço de pagamentos relacionadas à pandemia para acordos nas parcelas superiores de crédito, entre outros objetivos, para fazer face às sequelas da pandemia. O crescimento deverá desacelerar durante 2022, em grande parte em consequência das variantes da COVID-19 e da guerra na Ucrânia, que levaram a novos pedidos de empréstimos, inclusive para financiamento emergencial.

Durante o exercício 2022, a Diretoria Executiva modificou o conjunto de instrumentos de crédito, revertendo nomeadamente algumas medidas temporárias tomadas em resposta à pandemia.<sup>2</sup> Em julho de 2021, a Diretoria Executiva do FMI aprovou um aumento nos limites de acesso anual e cumulativo dos empréstimos concessionais do PRGT para alinhá-los inteiramente com os limites da GRA.<sup>3</sup> Em dezembro

<sup>1</sup>Incluindo os compromissos anteriores à pandemia, em 30 de abril de 2022, o total de compromissos de empréstimos não desembolsados e créditos pendentes no âmbito da GRA era de cerca de DES 195,6 bilhões; o total correspondente no âmbito do PRGT era de cerca de DES 18,7 bilhões.

<sup>2</sup>Os procedimentos em caso de acesso elevado que se aplicam aos pedidos de acordos RCF permaneceram suspensos até 6 de abril de 2021. Os procedimentos em caso de acesso elevado exigem uma sessão informal da Diretoria Executiva com base numa breve nota de análise do corpo técnico sobre a solidez do programa, a capacidade de reembolso e as vulnerabilidades da dívida. Os procedimentos em caso de acesso elevado normalmente são ativados quando 1) um pedido de financiamento do FMI eleva o acesso total do país membro a mais de 180% da cota num período de 36 meses ou 2) o crédito total em aberto do PRGT supera ou prevê-se que supere 225% da cota. Em março de 2021, esses limiares que se aplicam ao acesso elevado foram temporariamente expandidos para 240% da cota (ativação com base nos fluxos) e 300% (ativação com base nos estoques) até o exercício 2025.

<sup>3</sup>O limite de acesso anual no âmbito do PRGT havia sido elevado temporariamente a 145% da cota; em julho de 2021, esse novo limite passou a ser permanente.

de 2021, a Diretoria Executiva deixou expirar, como planejado, o aumento temporário do limite de acesso anual à GRA que aciona a aplicação do quadro de acesso excepcional. Ao mesmo tempo, a Diretoria Executiva aprovou uma prorrogação de 18 meses (até o fim de junho de 2023) dos aumentos temporários dos limites de acesso cumulativo no âmbito dos instrumentos de financiamento emergencial, a Linha de Crédito Rápido (RCF) e o Instrumento de Financiamento Rápido (RFI), para assegurar o acesso contínuo dos países membros a financiamento emergencial do FMI, caso surjam necessidades urgentes do balanço de pagamentos quando um acordo de qualidade nas parcelas superiores de crédito for desnecessário ou inviável (Tabelas 2.1 e 2.2).

Em março e julho de 2021, foram endossadas salvaguardas reforçadas em reconhecimento da necessidade de uma proteção mais forte para mitigar os riscos associados a empréstimos de montantes mais elevados do FMI. Essas salvaguardas se aplicam a pedidos de novos acordos no âmbito do PRGT ou de aumentos acima de certos limites de acesso, bem como a países em situação de alto risco ou superendividados. Salvaguardas semelhantes também se aplicarão aos empréstimos no âmbito do RST.

Em março de 2022, a Diretoria aprovou uma nova estratégia abrangente para fortalecer o apoio do FMI aos Estados frágeis e afetados por conflitos, que, como observado acima, são cerca de um quinto dos países membros do FMI. A fragilidade e os conflitos costumam ser agravados pela mudança climática, pela insegurança alimentar, pela desigualdade de gênero e, mais recentemente, pelas repercussões econômicas da COVID-19 e pelos efeitos secundários da guerra na Ucrânia. A iniciativa promove a elaboração de uma estratégia de interação de longo prazo com cada país, baseada numa assessoria cuidadosamente adaptada aos fatores específicos que determinam a fragilidade, a dinâmica socioeconômica e as restrições às reformas de cada país, bem como numa coordenação mais forte com outros parceiros e doadores. Por exemplo,



Ucrânia

para reforçar a cooperação e melhorar a adaptação e priorização da assessoria em matéria de política econômica e de desenvolvimento das capacidades, o FMI adotará os critérios e a metodologia do Banco Mundial para definir os Estados frágeis e afetados por conflitos, com vista a harmonizar em ambas as instituições a lista de países incorporados nessa categoria.

## ENTRE 1 DE MAIO DE 2021 E 30 DE ABRIL DE 2022, A ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO FMI CONCENTROU-SE NAS SEGUINTE ÁREAS:

### 1. Financiamento emergencial no âmbito do

**RFI e RCF:** o FMI recebeu, e a Diretoria Executiva aprovou, pedidos de financiamento de emergência, de cinco países (cerca de US\$ 2,4 bilhões, dos quais US\$ 1 bilhão foi desembolsado para três países de baixa renda) (Tabelas 2.1 e 2.2).

### 2. Reforço de acordos de empréstimos em vigor:

o FMI também suplementou os acordos em vigor para incorporar novas necessidades urgentes de financiamento no contexto de um diálogo contínuo em matéria de políticas. A Diretoria Executiva aprovou a suplementação dos acordos com dois países membros.

### 3. Novos acordos de empréstimos, incluindo acordos

**precautórios:** a Diretoria Executiva aprovou 17 novos acordos não precautórios do FMI com 14 países, incluindo um acordo expressivo com a Argentina, aprovado em março de 2022. Além disso, foram disponibilizados aos países membros dois acordos precautórios no âmbito da Linha de Crédito Flexível.

### 4. Alívio do serviço da dívida:

o CCRT permite ao FMI conceder doações para o pagamento do serviço da dívida dos países membros de baixa renda habilitados que enfrentem catástrofes naturais ou desastres de saúde pública. O CCRT foi reforçado em março de 2020 e usado para prestar alívio da dívida na forma de doações para os países membros mais pobres do FMI afetados pela pandemia de COVID-19. No total, 31 países habilitados receberam alívio do serviço da

dívida de quase DES 690 milhões em cinco parcelas; as duas últimas foram aprovadas pela Diretoria Executiva no exercício 2022: em 6 de outubro de 2021 e 15 de dezembro de 2021 (Tabela 2.3).<sup>4</sup>

### 5. Alívio da dívida no âmbito da Iniciativa HIPC:

em 25 de março de 2020, após a regularização dos pagamentos em atraso da Somália com o FMI, a Diretoria Executiva deliberou que o país estava qualificado para receber alívio da dívida no âmbito da Iniciativa HIPC<sup>5</sup> reforçada, e que havia alcançado o ponto de decisão no contexto dessa iniciativa. Até o fim de abril de 2022, a Diretoria Executiva havia aprovado dois pagamentos de assistência intercalar à Somália no montante total de DSE 1.791 milhões para cobrir as obrigações financeiras devidas nos períodos de 25 de março de 2020 a 24 de março de 2021 e de 25 de março de 2021 a 24 de março de 2022. Como mencionado na Parte 1, em 29 de junho de 2021, após a regularização dos pagamentos em atraso do Sudão com o FMI, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, as Diretorias Executivas do FMI e do Banco Mundial determinaram que o país estava qualificado para receber assistência na forma de alívio da dívida no âmbito da Iniciativa HIPC reforçada, e que havia alcançado o ponto de decisão no contexto dessa iniciativa. Nessa mesma data, a Diretoria Executiva aprovou um pagamento de assistência intercalar ao Sudão no montante de DES 524 mil para cobrir suas obrigações financeiras devidas entre 29 de junho de 2021 e 28 de junho de 2022.

<sup>4</sup> Uma parcela foi aprovada no exercício 2020 (13 de abril de 2020) e duas outras no exercício 2021 (2 de outubro de 2020 e 1 de abril de 2021).

<sup>5</sup> A Iniciativa HIPC foi lançada em 1996 pelo FMI e pelo Banco Mundial com o objetivo de zelar para que nenhum país pobre enfrentasse uma carga da dívida que ele não conseguisse administrar. A iniciativa envolve um processo em duas etapas por meio do qual os países precisam cumprir certos critérios, se comprometer com a redução da pobreza mediante mudanças nas políticas e demonstrar um histórico sólido ao longo do tempo. O FMI e o Banco Mundial oferecem alívio intercalar da dívida na etapa inicial (ponto de decisão da Iniciativa HIPC) e, quando um país cumpre seus compromissos, é concedido alívio total da dívida, isto é, na segunda etapa (ponto de conclusão da Iniciativa HIPC).

# ASSISTÊNCIA FINANCEIRA APROVADA NO EXERCÍCIO 2022

## MAPA DE EMPRÉSTIMOS

Em 30 de abril de 2022 (em milhões de direitos especiais de saque, M de DES)

## Taxa de câmbio DES/US\$

EM 29 DE ABRIL DE 2022: DES 1 = US\$ 1,34430

**282** M de DES  
ÁSIA E PACÍFICO

**1.406** M de DES  
EUROPA

**1.877** M de DES  
ORIENTE MÉDIO  
E ÁSIA CENTRAL

**4.865** M de DES  
ÁFRICA  
SUBSAARIANA

**75.351** M de DES  
AS AMÉRICAS

## Siglas

**ECF** - LINHA DE CRÉDITO AMPLIADA

**EFF** - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AMPLIADO

**FCL** - LINHA DE CRÉDITO FLEXÍVEL

**RCF** - LINHA DE CRÉDITO RÁPIDO

**RFI** - INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO RÁPIDO

**SBA** - ACORDO STAND-BY

**SCF** - LINHA DE CRÉDITO STAND-BY

**AUM.** - AUMENTO

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.





## ÁSIA E PACÍFICO

### NEPAL

ECF ..... 282,4 M DE DES

## EUROPA

### MOLDÁVIA

ECF ..... 133,3 M DE DES

EFF ..... 266,7 M DE DES

### UCRÂNIA

RFI ..... 1.005,9 M DE DES

## ORIENTE MÉDIO E ÁSIA CENTRAL

### JORDÂNIA

AUM. DE EFF ..... 144,1 M DE DES

### SUDÃO

ECF ..... 1.733,1 M DE DES

## ÁFRICA SUBSAARIANA

### BURUNDI

RCF ..... 53,9 M DE DES

### CAMARÕES

ECF ..... 161 M DE DES

EFF ..... 322 M DE DES

### CHADE

ECF ..... 392,6 M DE DES

### REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

ECF ..... 1.066 M DE DES

### REPÚBLICA DO CONGO

ECF ..... 324 M DE DES

### GUINÉ EQUATORIAL

RFI ..... 47,3 M DE DES

### GABÃO

EFF ..... 388,8 M DE DES

### NÍGER

ECF ..... 197,4 M DE DES

### SENEGAL

SBA ..... 302 M DE DES

SCF ..... 151 M DE DES

### SEICHELES

EFF ..... 74 M DE DES

### TANZÂNIA

RCF ..... 132,6 M DE DES

RCF ..... 265,2 M DE DES

RFI ..... 265,2 M DE DES

### UGANDA

ECF ..... 722 M DE DES

## AS AMÉRICAS

### ARGENTINA

EFF ..... 31.914 M DE DES

### COLÔMBIA

FCL ..... 7.155,7 M DE DES

### HONDURAS

AUM. DE SBA ..... 99,9 M DE DES

AUM. DE SCF ..... 50 M DE DES

### MÉXICO

FCL ..... 35.650,8 M DE DES

### SÃO VICENTEN E GRANADINAS

RCF ..... 8,2 M DE DES

### SURINAME

EFF ..... 472,8 M DE DES



Tabela 2.1

## Condições financeiras do crédito concedido no âmbito da Conta de Recursos Gerais do FMI

Esta tabela apresenta os principais instrumentos de crédito não concessional do FMI. Os Acordos Stand-By há muito são o instrumento básico de crédito da instituição. Após a crise financeira mundial, o FMI reforçou seus instrumentos de crédito. Um dos principais objetivos era aperfeiçoar os instrumentos de prevenção de crises, com a criação da Linha de Crédito Flexível e da Linha de Precaução e Liquidez. Além disso, foi criado o Instrumento de Financiamento Rápido (RFI), que pode ser usado numa ampla gama de circunstâncias, em substituição à política de assistência do FMI em emergências. O FMI instituiu também uma Linha de Liquidez de Curto Prazo em 2020 para oferecer um mecanismo de apoio a países membros com políticas e fundamentos econômicos muito sólidos.

Mecanismo de financiamento (ano de adoção) <sup>1</sup>	Finalidade	Condições	Escalonamento e acompanhamento
<b>Acordo Stand-By (SBA) (1952)</b>	Assistência de curto a médio prazo para países com dificuldades do balanço de pagamentos a curto prazo.	Adotar políticas que instilem confiança na resolução das dificuldades do balanço de pagamentos do país membro num prazo razoável.	Em geral, compras (desembolsos) trimestrais sujeitas ao cumprimento de critérios de desempenho e outras condições.
<b>Programa de Financiamento Ampliado (EFF) (1974) (Acordo Ampliado)</b>	Assistência de médio prazo (mais longo do que o SBA) em apoio a reformas estruturais dos países membros para superar dificuldades do balanço de pagamentos a longo prazo.	Quando da aprovação, adotar um programa de até quatro anos com uma agenda de reformas estruturais e uma declaração anual pormenorizada das políticas nos próximos 12 meses.	Compras (desembolsos) trimestrais ou semestrais sujeitas ao cumprimento de critérios de desempenho e outras condições.
<b>Linha de Crédito Flexível (FCL) (2009)</b>	Instrumento flexível nas parcelas de crédito para atender necessidades do balanço de pagamentos, concretas ou potenciais.	Fundamentos econômicos, quadro de política econômica e histórico na aplicação de políticas bastante sólidos <i>ex ante</i> .	O acesso aprovado está disponível de imediato e durante todo o período do acordo; os acordos FCL de dois anos estão sujeitos a uma avaliação intercalar após um ano.
<b>Linha de Precaução e Liquidez (PLL) (2011)</b>	Instrumento nas parcelas de crédito para atender todas as necessidades do balanço de pagamentos, concretas ou potenciais.	Solidez dos quadros de políticas e da posição externa, acesso aos mercados e setor financeiro robusto.	Acesso amplo concentrado no início do acordo, sujeito a avaliações semestrais (para acordos PLL de um a dois anos).
<b>Linha de Liquidez de Curto Prazo (SLL) (2020)</b>	Mecanismo de apoio à liquidez em caso de possíveis choques externos que gerem necessidades moderadas do balanço de pagamentos.	Fundamentos econômicos, quadro de política econômica e histórico na aplicação de políticas bastante sólidos <i>ex ante</i> .	O acesso aprovado está disponível de imediato e durante todo o período do acordo, e pode ser reconstituído por meio de compras; o número de acordos SLL sucessivos é restrito, desde que o país continue a cumprir os critérios de qualificação.
<b>Instrumento de Financiamento Rápido (RFI) (2011)</b>	Assistência financeira rápida para todos os países membros que enfrentem uma necessidade urgente do balanço de pagamentos.	Esforços para resolver as dificuldades do balanço de pagamentos (podem incluir ações prévias).	Compras diretas sem a necessidade de um programa completo ou avaliações.

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

<sup>1</sup> O crédito concedido pelo FMI por meio da Conta de Recursos Gerais (GRA) é financiado principalmente pelo capital subscrito pelos países membros; a cada país é atribuída uma cota que representa seu compromisso financeiro. Os países membros pagam uma parte da sua cota em direitos especiais de saque (DES), ou na moeda de outro país membro que seja aceitável para o FMI, e o restante na sua própria moeda. Os empréstimos do FMI são desembolsados ou sacados quando o tomador efetua uma compra de ativos em moeda estrangeira junto ao FMI na sua própria moeda. O reembolso do empréstimo ocorre quando o tomador efetua a recompra da sua moeda junto ao FMI numa moeda estrangeira.

<sup>2</sup> A taxa de comissão sobre os fundos desembolsados da GRA é fixada como uma margem (atualmente 100 p.b.) sobre a taxa de juros semanal do DES. A taxa de comissão é aplicada ao saldo diário de todos os saques da GRA em aberto durante cada trimestre financeiro do FMI. Além disso, uma comissão de serviço única de 0,5% incide sobre cada saque de recursos do FMI na GRA, com a exceção dos saques na parcela de reserva. Uma comissão de compromisso inicial (15 p.b. sobre os montantes empenhados inferiores a 115% da cota, 30 p.b. sobre os montantes entre 115% e 575% da cota e 60 p.b.

Após o início da pandemia e como parte da sua resposta à COVID-19, o FMI aumentou temporariamente os limites de acesso anual e cumulativo no âmbito do instrumento de financiamento de emergência (RFI) e o limite de acesso anual à Conta de Recursos Gerais do FMI, que aciona a aplicação do quadro de acesso excecional. Em dezembro de 2021, a Diretoria Executiva do FMI aprovou uma extensão de 18 meses (até o fim de junho de 2023) do aumento temporário dos limites de acesso cumulativos no âmbito da RFI em circunstâncias normais e em caso de grandes catástrofes naturais, deixando que todos os demais limites de acesso que haviam sido temporariamente elevados retornassem aos seus níveis anteriores à pandemia a partir de 1 de janeiro de 2022, conforme programado.

Limites de acesso <sup>1</sup>	Encargos <sup>2</sup>	Calendário de reembolsos (anos)	Prestações
Anual: 145% da cota; devido ao choque causado pela COVID-19, este limite foi temporariamente elevado para 245% da cota até o fim de 2021. Cumulativo: 435% da cota.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 pontos-base (p.b.) sobre montantes superiores a 187,5% da cota; 100 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da cota por mais de 36 meses). <sup>3</sup>	3¼-5	Trimestrais
Anual: 145% da cota; devido ao choque causado pela COVID-19, este limite foi temporariamente elevado para 245% da cota até o fim de 2021. Cumulativo: 435% da cota.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 pontos-base (p.b.) sobre montantes superiores a 187,5% da cota; 100 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da cota por mais de 51 meses). <sup>3</sup>	4½-10	Semestrais
Sem limite predefinido.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 187,5% da cota; 100 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da cota por mais de 36 meses). <sup>3</sup>	3¼-5	Trimestrais
125% da cota (250% da cota em circunstâncias excepcionais) por seis meses; 250% da cota disponível quando da aprovação dos acordos de um a dois anos; total de 500% da cota após 12 meses de progressos satisfatórios.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 187,5% da cota; 100 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da cota por mais de 36 meses). <sup>3</sup>	3¼-5	Trimestrais
Até 145% da cota; acesso rotativo por um período de 12 meses.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 pontos-base sobre o saldo em aberto acima de 187,5% da cota); o crédito da SLL não entra no cômputo das sobretaxas com base no tempo decorrido.	Recompra(s) devida(s) no prazo de até 12 meses após a compra; as recompras reconstituem o acesso até o nível aprovado.	
Anual: 50% da cota (80% no caso de grandes catástrofes naturais); temporariamente elevado para 100% (130% no caso de grandes catástrofes naturais) até o fim de 2021. Cumulativo: 100% da cota (133,33% no caso de grandes catástrofes naturais); elevado temporariamente para 150% (183,33% no caso de grandes catástrofes naturais) até o fim de junho 2023. <sup>3</sup>	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 187,5% da cota; 100 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da cota por mais de 36 meses). <sup>4</sup>	3¼-5	Trimestrais

sobre os montantes superiores a 575% da cota) é aplicada aos montantes disponíveis para compra no âmbito dos acordos (SBA, EFF, PLL e FCL) e que podem ser sacados durante cada período (anual); essa comissão é restituída *pro rata* à medida que forem efetuados os saques no âmbito dos acordos. No caso dos acordos SLL, a comissão de serviço é de 21 p.b. e é cobrada uma comissão de compromisso não restituível de 8 p.b. quando da aprovação do acordo.

<sup>3</sup> Em junho de 2021 os limites de acesso anual e cumulativo que se aplicam a grandes catástrofes naturais foram temporariamente elevados (até o fim de 2021) para 130% da cota e 183,33% da cota, respectivamente. Em dezembro de 2021, a Diretoria Executiva autorizou a reversão dos limites de acesso aos níveis anteriores à pandemia, mas prorrogou em 18 meses os aumentos temporários do acesso cumulativo para o RFI até o fim de junho de 2023.

<sup>4</sup> As sobretaxas foram introduzidas em novembro de 2000. Um novo regime de sobretaxas entrou em vigor em 1 de agosto de 2009 e foi atualizado em 17 de fevereiro de 2016, com a manutenção parcial das condições anteriores para os acordos já em curso.

Tabela 2.2

## Instrumentos de Crédito Concessional

Três instrumentos de crédito concessional estão à disposição dos países em desenvolvimento de baixa renda.

	<b>Linha de Crédito Ampliada (ECF)</b>	<b>Linha de Crédito Stand-By (SCF)</b>	<b>Linha de Crédito Rápido (RCF)</b>
<b>Objetivo</b>	Ajudar os países de baixa renda a alcançar e manter uma posição macroeconômica estável e sustentável que conduza a um crescimento vigoroso e à redução duradoura da pobreza.		
<b>Finalidade</b>	Abordar problemas prolongados do balanço de pagamentos.	Resolver necessidade de curto prazo do balanço de pagamentos.	Proporcionar financiamento para atender necessidades urgentes do balanço de pagamentos.
<b>Habilitação</b>	Países habilitados a receber assistência no âmbito do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT).		
<b>Qualificação</b>	Dificuldades prolongadas do balanço de pagamentos; necessidade efetiva de financiamento ao longo do acordo, mas não necessariamente quando da aprovação ou desembolso do empréstimo.	Necessidade potencial (uso preventivo) ou efetiva do balanço de pagamentos a curto prazo, no momento da aprovação; necessidade efetiva quando de cada desembolso.	Necessidade urgente do balanço de pagamentos quando um programa nas parcelas superiores de crédito não é viável nem necessário. <sup>1</sup>
<b>Estratégia de redução da pobreza e de crescimento</b>	O programa apoiado pelo FMI deve estar alinhado com os objetivos de crescimento e de redução da pobreza definidos pelo próprio país, e deve dar suporte a políticas que preservem os gastos sociais e outros gastos prioritários.		
	Apresentação de uma Estratégia de Redução da Pobreza (ERP).	A apresentação da ERP não é obrigatória se a duração original do acordo SCF for superior a dois anos.	A apresentação da ERP não é obrigatória.
<b>Condicionabilidade</b>	Parcelas superiores de crédito; flexibilidade nos prazos e na trajetória de ajuste.	Parcelas superiores de crédito; objetivo de resolver uma necessidade do balanço de pagamentos a curto prazo.	Nenhuma condicionabilidade <i>ex post</i> ; qualificação para uso reiterado com base no histórico (exceto em caso de choques ou de catástrofes naturais).
<b>Condições de financiamento<sup>2</sup></b>	Taxa de juros: Atualmente 0 Condições de reembolso: 5½-10 anos.	Taxa de juros: Atualmente 0 Condições de reembolso: 4-8 anos Comissão de disponibilização: 0,15% sobre os montantes disponíveis mas não utilizados no âmbito de acordos preventivos.	Taxa de juros: 0 Condições de reembolso: 5½-10 anos.
<b>Combinação com o financiamento da Conta de Recursos Gerais (GRA)</b>	Com base na renda <i>per capita</i> e no acesso ao mercado; ligada à vulnerabilidade da dívida. Caso seja presumida a combinação de recursos PRGT e GRA, aplica-se uma proporção de 1:2; o acesso concessional é limitado à norma aplicável (acima do qual se utilizam apenas os recursos da GRA).		
<b>Uso preventivo</b>	Não	Sim	Não
<b>Duração e uso recorrente</b>	De 3 a 5 anos, com duração máxima de 5 anos; permite-se o uso recorrente.	O uso é normalmente limitado a três anos em qualquer período de seis anos, avaliado em base móvel, com exceção dos acordos SCF tratados como preventivos.	Desembolsos diretos; possibilidade de uso recorrente, sujeito a limites de acesso e outros requisitos; o limite ao uso recorrente – duas vezes em qualquer período de 12 meses – foi temporariamente suspenso até 6 de abril de 2021, e essa medida foi prorrogada até o fim de 2021.

	<b>Linha de Crédito Ampliada (ECF)</b>	<b>Linha de Crédito Stand-By (SCF)</b>	<b>Linha de Crédito Rápido (RCF)</b>
<b>Uso concomitante</b>	GRA (Programa de Financiamento Ampliado/Acordo Stand-By).	GRA (Programa de Financiamento Ampliado/Acordo Stand-By) e Instrumento de Apoio à Política Econômica.	GRA (Instrumento de Financiamento Rápido); o crédito no âmbito do RFI entra no cômputo dos limites de acesso da RCF.

**Políticas de acesso** Para ajudar os países a fazer face às expressivas necessidades urgentes de financiamento ligadas à COVID-19, o limite anual de acesso ao PRGT foi temporariamente elevado de 100% para 150% da cota e o acesso excepcional aos recursos do PRGT foi elevado de 133,33% para 183,33% da cota, até 6 de abril de 2021. Em 22 de março de 2021, por um prazo limitado até o fim de junho de 2021, o limite de acesso anual foi elevado para 245% da cota, e o acesso anual excepcional foi elevado para 278,33% da cota. O limite cumulativo (líquido dos reembolsos programados) permaneceu em 300% da cota para o acesso normal e 400% da cota para o acesso excepcional até 22 de março de 2021, quando o limite de acesso cumulativo foi elevado a 435% da cota e o acesso excepcional cumulativo foi elevado para 535% da cota até o fim de junho de 2021. Em 14 de julho de 2021, os limites de acesso anual e cumulativo do PRGT foram fixados em 145% da cota e 435% da cota, respectivamente, para alinhá-los plenamente com os da GRA. Contudo, o limite de acesso anual do PRGT foi mantido em 245% da cota até o fim de 2021. A Diretoria Executiva aprovou também uma norma de acesso unificada de 145% da cota para os acordos ECF de três anos.

**Normas e sublimites<sup>3</sup>**

A norma de acesso é de 145% da cota por acordo ECF de três anos.

A norma de acesso para acordos SCF de 18 meses é a mesma de um acordo ECF de três anos, e varia proporcionalmente à duração do acordo SCF, até o montante autorizado no âmbito de acordos SCF de dois anos (193,33% da cota).

Não há uma norma de acesso que se aplique aos acordos RCF em caso de choques exógenos e grandes catástrofes naturais.

Os limites de acesso à RCF no caso de choques exógenos foram temporariamente elevados de 50% para 100% da cota por ano e de 100% para 150% da cota em base cumulativa, líquidos das recompras programadas, a partir de 6 de abril de 2020 e até o fim de dezembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2021, o limite mais elevado de acesso cumulativo em caso de choques exógenos foi novamente prorrogado até o fim de junho de 2023.

O acesso à RCF em condições normais é fixado em 50% da cota por ano e 100% da cota em base cumulativa, com uma norma de acesso anual e um limite por desembolso de 25% da cota. O limite ao número de desembolsos em um período de 12 meses foi suspenso até o fim de dezembro de 2021. O acesso à RCF em caso de catástrofes naturais é fixado em 80% da cota por ano e 133,33% da cota em base cumulativa, sujeito à determinação de que os danos causados somam no mínimo 20% do PIB do país membro. Em junho de 2021, esses limites foram ampliados para 130% da cota e 183,33% da cota, respectivamente, até o fim de 2021. Em 23 de dezembro de 2021, o limite mais elevado de acesso cumulativo em caso de choques exógenos foi novamente prorrogado até o fim de junho de 2023. As compras no âmbito do Instrumento de Financiamento Rápido efetuadas após 1 de julho de 2015 entram no cálculo dos limites anuais e cumulativos aplicáveis à RCF.

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

<sup>1</sup> A condicionalidade das parcelas superiores de crédito é o conjunto das condições relacionadas com um programa que visam assegurar que os recursos do FMI apoiem os objetivos do programa, com salvaguardas adequadas dos recursos do FMI.

<sup>2</sup> O FMI revê o nível de taxas de juros de todas as linhas de crédito concessional a cada dois anos. Na última revisão, em 14 de julho de 2021, a Diretoria Executiva do FMI manteve as taxas de juros zero para os empréstimos PRGT (ECF, SCF, RCF), o que é coerente com as regras estabelecidas para a fixação dessas taxas de juros.

<sup>3</sup> As normas servem para orientar o que constitui um nível apropriado de acesso no âmbito dos programas PRGT mas não devem ser interpretadas como limites ou direitos de acesso. As normas anteriores aplicadas em caso de acesso reduzido ou elevado foram unificadas em uma única norma, independentemente do saldo em aberto de créditos do FMI.

Tabela 2.3

### Alívio do serviço da dívida por meio do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes

(em milhões de DES; em 30 de abril de 2022)

Pais	1ª parcela, aprovada em 13 de abril, 2020	2ª parcela, aprovada em 2 de outubro, 2020	3ª parcela, aprovada em 1 de abril, 2021	4ª parcela, aprovada em 6 de outubro, 2021	5ª parcela, aprovada em 15 de dezembro, 2021
1. Afeganistão <sup>1</sup>	2,40	2,40	2,40	0	0
2. Benim	7,43	6,37	5,31	2,12	2,12
3. Burkina Faso	8,74	10,30	9,65	10,61	0,26
4. Burundi	5,48	4,82	4,16	0	3,50
5. Chade	0	2,00	4,06	4,06	0
6. Comores	0,97	0,81	0,65	0,64	0,02
7. Djibouti	1,69	1,69	1,40	0,62	0,62
8. Etiópia	8,56	4,50	0,47	0,24	0,24
9. Gâmbia	2,10	2,10	1,87	1,09	0,78
10. Guiné	16,37	16,37	18,21	1,84	16,37
11. Guiné-Bissau	1,08	1,36	1,12	0,60	0,28
12. Haiti	4,10	3,98	3,98	0,87	2,29
13. Iêmen	14,44	10,96	17,05	0	4,88
14. Ilhas Salomão	0,06	0,07	0,10	0,06	0,04
15. Lesoto <sup>2</sup>	...	...	...	3,21	0,63
16. Libéria	11,63	11,19	11,48	3,10	7,94
17. Madagáscar	3,06	3,06	6,11	6,11	3,14
18. Maláui	7,20	7,20	7,81	6,72	3,91
19. Mali	7,30	7,50	7,70	5,70	1,80
20. Moçambique	10,89	9,47	9,47	9,47	0
21. Nepal	2,85	3,57	3,57	0	3,57
22. Níger	5,64	5,64	9,54	5,03	5,75
23. República Centro-Africana	2,96	2,92	2,92	1,53	2,65
24. República Democrática do Congo	14,85	9,90	4,95	0	0
25. República Quirguiz <sup>2</sup>	...	...	...	8,88	0,32
26. Ruanda	8,01	12,02	14,02	8,01	8,01
27. São Tomé e Príncipe	0,11	0,17	0,17	0,14	0,10
28. Serra Leoa	13,36	12,22	15,11	6,00	11,55
29. Tajiquistão	7,83	5,22	3,91	1,30	1,30
30. Tanzânia	10,28	8,29	0	0	0
31. Togo	3,74	2,31	0,88	0	0
<b>Total</b>	<b>183,12</b>	<b>168,40</b>	<b>168,07</b>	<b>87,94</b>	<b>82,06</b>

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

Nota: o montante é 0 para os países habilitados ao CCRT que não tinham serviço da dívida a vencer durante o período coberto por uma determinada parcela do alívio da dívida. DES = direito especial de saque.

<sup>1</sup>As negociações do FMI com o Afeganistão estão em pausa desde agosto de 2021, pois continua a faltar clareza quanto ao reconhecimento internacional do regime talibã como governo do Afeganistão.<sup>2</sup>"..." diz respeito à República Quirguiz e ao Lesoto, que não eram elegíveis para receber alívio do serviço da dívida no âmbito do CCRT durante o período especificado. Sua elegibilidade foi aprovada pela Diretoria Executiva em 6 de outubro de 2021.

Tabela 2.4

## Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade

Em 13 de abril de 2022, a Diretoria Executiva aprovou a criação do Fundo Fiduciário para a Resiliência e a Sustentabilidade (RST), efetivada em 1 de maio de 2022, para financiar empréstimos no âmbito do Mecanismo para a Resiliência e a Sustentabilidade (RSF). O Comitê Monetário e Financeiro Internacional incentivou a criação desse novo fundo fiduciário administrado pelo FMI para oferecer financiamento de longo prazo acessível e, assim, apoiar os países que empreendam reformas macroeconômicas fundamentais para reduzir os riscos para a estabilidade do balanço de pagamentos no futuro. O RST é um fundo fiduciário baseado em empréstimos, com uma arquitetura financeira bem semelhante à do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT). Complementa o conjunto de instrumentos de crédito do FMI ao se concentrar em desafios estruturais de longo prazo que implicam riscos macroeconômicos significativos. A Diretoria Executiva do FMI decidiu que os empréstimos financiados pelo RST inicialmente apoiariam medidas para fazer face à mudança climática e reforçar a preparação para pandemias, em vista da sua natureza de bem público global. Os países membros do FMI habilitados a solicitar apoio no âmbito do RST são os países de baixa renda e os países e pequenos Estados de renda média vulneráveis. A Diretoria também concordou com uma revisão intercalar para fazer um balanço da experiência inicial e reexaminar o conjunto de desafios estruturais pertinentes cerca de 18 meses após a operacionalização do RST.

<b>Objetivo</b>	Aumentar a resiliência econômica e a sustentabilidade dos países de baixa renda e dos países de renda média e pequenos Estados vulneráveis.
<b>Finalidade</b>	Apoiar reformas políticas que reduzam os riscos macroeconômicos fundamentais associados a desafios estruturais de longo prazo específicos.
<b>Habilitação</b>	Países habilitados a receber assistência no âmbito do PRGT, todos os pequenos Estados com população inferior a 1,5 milhão com renda nacional bruta (RNB) per capita inferior a 25 vezes o ponto de corte operacional da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e todos os países de renda média com RNB per capita inferior a 10 vezes o ponto de corte operacional da IDA.
<b>Qualificação</b>	Um pacote de medidas de política de alta qualidade compatíveis com o objetivo do RST, um programa de financiamento ou não financeiro simultâneo com políticas nas parcelas superiores de crédito, e dívida sustentável e capacidade suficiente para reembolsar o FMI.
<b>Condicionalidade</b>	Medidas no âmbito de reformas ligadas a desafios estruturais de longo prazo pertinentes – normalmente separadas da condicionalidade do programa concomitante nas parcelas superiores de crédito; previsão de uma estreita coordenação com o Banco Mundial e outros bancos multilaterais de desenvolvimento e instituições financeiras internacionais pertinentes para alavancar a experiência comparativa e o conhecimento institucional.
<b>Políticas de acesso</b>	Acesso baseado na solidez das reformas, na sustentabilidade da dívida e na capacidade de reembolsar o FMI e limitado ao menor valor entre 150% da cota e DES 1 bilhão.
<b>Condições de financiamento</b>	Taxa de juros escalonada: Países do Grupo A - taxa de juros dos DES + 55 pontos-base; países do Grupo B - taxa de juros dos DES + 75 pontos-base e uma taxa de serviço única de 25 pontos-base; países do Grupo C - taxa de juros dos DES + 95 pontos-base e uma taxa de serviço única de 50 pontos-base. Condições de reembolso: 10½-20 anos.
<b>Uso preventivo</b>	Não
<b>Duração e uso recorrente</b>	A duração do acordo RSF geralmente coincide com a duração de um novo programa nas parcelas superiores de crédito (quando os dois são solicitados juntos) ou com a duração restante de um programa nas parcelas superiores de crédito já existente (quando a solicitação do RSF ocorre em uma revisão do programa nas parcelas superiores de crédito); duração mínima de 18 meses (12 meses para acordos RSF aprovados dentro dos primeiros seis meses da operacionalização do RST), para haver tempo suficiente para a implementação de medidas de reforma no âmbito do RSF, como uma assistência técnica necessária; possibilidade de uso recorrente, respeitados os limites de acesso.
<b>Uso concomitante</b>	Exige-se a aplicação concomitante de um programa de qualidade nas parcelas superiores de crédito.

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

Nota: para um país membro se qualificar para receber um empréstimo no âmbito do RSF, se exige 1) um pacote de medidas de política de alta qualidade, compatível com o objetivo do fundo fiduciário, 2) um programa de financiamento ou não financeiro concomitante com políticas de qualidade nas parcelas superiores de crédito e 3) dívida sustentável e capacidade suficiente para reembolsar o FMI.



## DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES

Fortalecer as capacidades das instituições - como os bancos centrais, os ministérios das finanças, as administrações tributárias, os órgãos estatísticos e os órgãos de supervisão do setor financeiro - resulta em políticas mais eficazes e maior estabilidade econômica e inclusão. O FMI colabora com os países para modernizar suas políticas econômicas e fortalecer essas instituições ao fornecer assistência técnica e formação com ênfase nas questões de importância crítica para a estabilidade econômica e o crescimento.

Uganda

O FMI apoia o desenvolvimento das capacidades - na forma de assistência técnica prática, formação orientada para as políticas, um conjunto de publicações e ferramentas de diagnóstico e oportunidades de aprendizagem entre pares - para que os países possam construir instituições sustentáveis e resilientes. Esses esforços representam uma contribuição importante para os progressos dos países rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O desenvolvimento das capacidades se concentra nas principais áreas de especialização do FMI, como finanças públicas, estabilidade do setor financeiro, operações dos bancos centrais, quadros macroeconômicos e estatísticas econômicas, mas também auxilia os países a tratarem de temas transversais, como desigualdade de renda e de gênero, corrupção, mudança climática e moedas digitais. O FMI se encontra numa posição privilegiada para ajudar seus países membros nessas áreas, graças ao seu alcance global, experiência institucional e conhecimentos técnicos de alto nível. Todos os países se beneficiam do desenvolvimento das capacidades, mas se é dada prioridade aos países frágeis e afetados por conflitos.

A pedido das autoridades nacionais, as equipes do FMI e peritos técnicos formulam e executam um plano de trabalho integrado, adaptado às necessidades específicas e capacidade de absorção do país. O FMI normalmente articula seu trabalho com os países por meio de uma rede de 17 centros regionais, destacamento de consultores residentes de longo prazo, visitas de curto prazo por equipes do FMI e peritos externos (em campo ou à distância), formação presencial e cursos on-line gratuitos. Além disso, uma variedade de publicações apresentam informações técnicas e análises transversais de grande utilidade para as autoridades nacionais.

Em resposta à pandemia de COVID-19, o FMI adotou rapidamente modalidades inovadoras para oferecer capacitação de forma remota, prestando apoio em tempo real a cerca de 180 países.

Destacam-se o trabalho com administrações tributárias e gabinetes do orçamento para ajudar a restabelecer as operações e ajudar os países em questões como sustentabilidade da dívida, gestão de investimentos públicos, gestão de caixa, supervisão financeira e a elaboração de quadros macroeconômicos sólidos. Uma série de cerca de 110 notas técnicas sobre questões de política relacionadas à crise foi publicada em apoio aos países membros. Um novo conjunto de instrumentos para abordar os riscos fiscais foi lançado

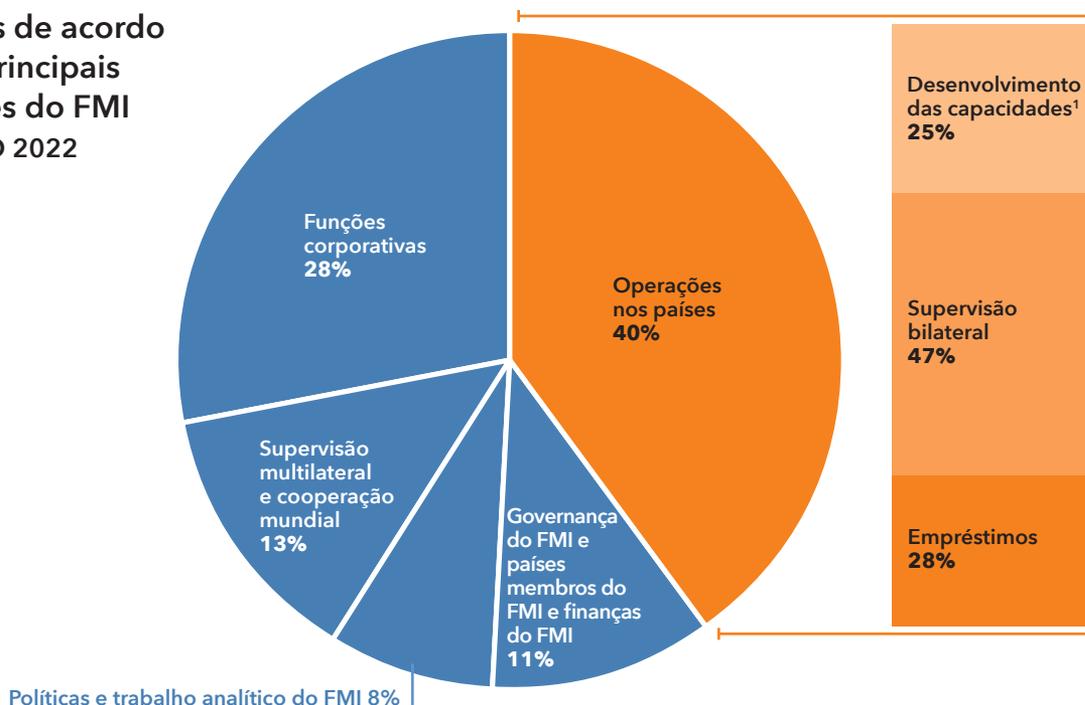


Brasil

em um portal dedicado, fornecendo um conjunto de ferramentas analíticas para orientar a política pública e a capacitação em gestão de riscos fiscais. Como parte da mudança para um modelo híbrido que visa oferecer capacitação, os eventos presenciais foram retomados gradualmente nos últimos meses do exercício 2022.

O FMI também ajudou os países no fortalecimento da coleta e publicação de dados econômicos para melhorar a tomada de decisões econômicas e aumentar a transparência. À medida que os países aumentavam os gastos emergenciais em resposta à pandemia de COVID-19, o FMI os ajudou a fortalecer seus quadros de governança para que o dinheiro

Figura 2.1  
Despesas de acordo  
com as principais  
atividades do FMI  
EXERCÍCIO 2022



Fonte: estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: excluindo itens diversos e despesas de viagens de menor valor.

<sup>1</sup>Apenas a prestação direta de serviços de desenvolvimento de capacidades. Exclui atividades de desenvolvimento das capacidade relacionadas a políticas, análises e outras áreas de produção.

pudesse chegar rapidamente aos que mais precisavam dele. O FMI também está ajudando a pensar em novos desafios, como encontrar soluções digitais para transferências diretas de renda, proteger os gastos em saúde e outros gastos sociais e se preparar para os desafios impostos pela mudança climática.

Durante a pandemia, o FMI aumentou consideravelmente o número de cursos on-line gratuitos, o que resultou em um forte aumento da participação, com mais de 140 mil alunos ativos acumulados desde o início do programa, em comparação com cerca de 60 mil no fim de 2019.

Os parceiros de desenvolvimento do FMI apoiam cerca da metade do trabalho do Fundo em capacitação. Eles ajudaram a financiar a iniciativa do FMI de desenvolvimento das capacidades para enfrentar a crise provocada pela COVID-19, com cerca de US\$ 40 milhões arrecadados até o momento. Juntos, o FMI e os seus parceiros estão se esforçando para ajudar nossos países membros a construir um futuro melhor e mais verde, inteligente e justo.

Em 1 de maio de 2022, o FMI lançou sua política revisada sobre a divulgação de informações sobre o desenvolvimento das capacidades. Essa política se baseia no progresso atual em termos de divulgação e representa uma medida importante no compromisso do FMI com a transparência. A política foi enriquecida por discussões com a Diretoria Executiva e teve como base o Quadro Atualizado sobre a Disseminação de Informações sobre o Desenvolvimento das Capacidades. Prioriza o intercâmbio mais amplo dessas informações para apoiar a coordenação e as sinergias entre os prestadores de capacitação e os parceiros que a financiam, contribuir para o conhecimento como um bem público global, facilitar a prestação de contas aos parceiros financiadores e aos países membros, e fortalecer a adesão dentro dos países que recebem a capacitação. Proteger a confidencialidade dos beneficiários da capacitação e preservar o papel do FMI como um assessor de confiança dos países membros continuam a ser aspectos centrais da política.

## O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM ON-LINE DO FMI

O programa de aprendizagem on-line do FMI teve um papel importante no atendimento das necessidades dos países membros durante a crise da COVID-19.

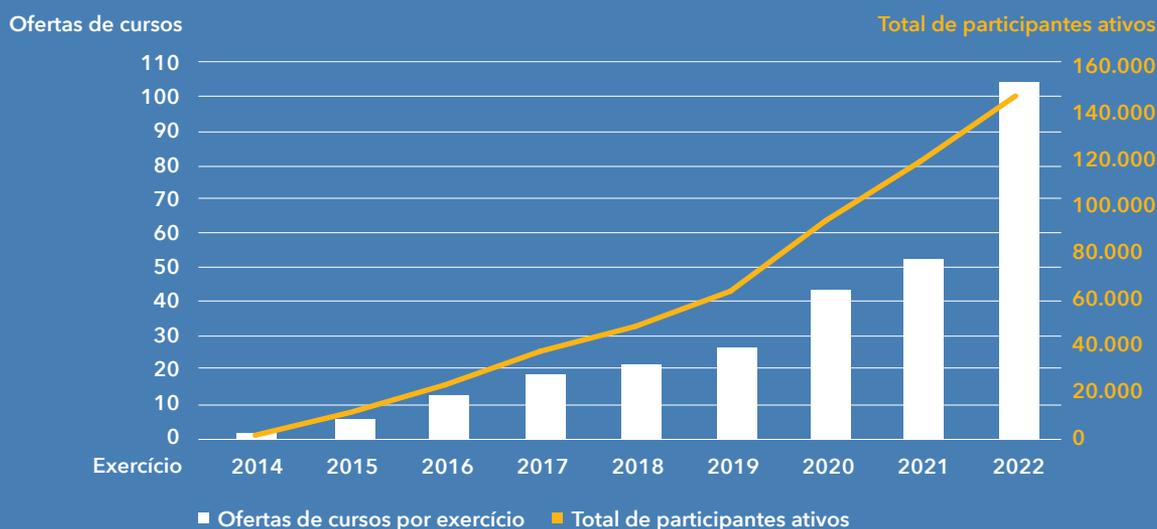
No último ano, a participação no programa continuou a crescer, elevando o total acumulado de alunos ativos em todo o mundo para mais de 140 mil. O Canal de Aprendizagem do Instituto do FMI oferece vídeos de micro-aprendizagem em várias áreas de especialização do FMI e mais do que dobrou a audiência desde o seu lançamento em abril de 2020, para cerca de 10 mil assinantes e mais de 750 mil visualizações individuais.

Com mais de 50 cursos on-line disponíveis na plataforma de aprendizagem on-line aberta edX, o currículo continua a ser enriquecido em áreas cruciais de interesse mundial. Novas séries de cursos modulares foram lançadas sobre tópicos como sustentabilidade e gestão da dívida, administração tributária (VITARA) e crescimento inclusivo. Já estão disponíveis novos cursos sobre macroeconomia

da mudança climática (MCCx-SEP), estatísticas macroeconômicas (NASx, CPlx), previsão de receitas (RFax) e supervisão de riscos cibernéticos (CRSx), juntamente com 21 traduções de cursos on-line.

Como o programa continua a ser adaptado às necessidades dos países membros, vários cursos combinados foram lançados, juntando aprendizagem on-line assíncrona com sessões virtuais interativas inteiramente adaptadas às necessidades dos alunos e dos beneficiários da assistência técnica. As abordagens combinadas têm o mérito de não apenas tornar o desenvolvimento das capacidades oferecido pelo FMI mais eficiente, mas também de aumentar seu impacto. Vem ganhando força a opinião de que a aprendizagem combinada está abrindo caminho para o novo modelo de oferta do desenvolvimento das capacidades.

### Participação no curso de aprendizagem on-line desde a sua criação



*Todos os cursos na plataforma edX podem ser acessados gratuitamente a qualquer hora e em qualquer lugar, o que faz do programa um bem público global que dissemina conhecimentos e competências para uma economia mundial mais sustentável e inclusiva.*

Fonte: Instituto do FMI para o Desenvolvimento das Capacidades.

# A capacitação em números

Em 30 de abril de 2022

 **US\$ 242<sub>M</sub>**

para a assessoria técnica prática, formação centrada nas políticas e aprendizagem entre pares

 **532**

cursos ministrados

 **2.522**

visitas de assistência técnica envolvendo 1331 peritos

 **7**

idiomas propostos

 **5**

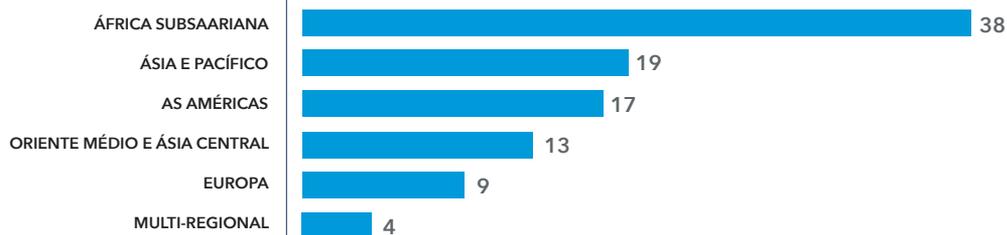
estados frágeis figuram entre os 10 principais beneficiários da assistência técnica

 **23.109**

funcionários receberam formação

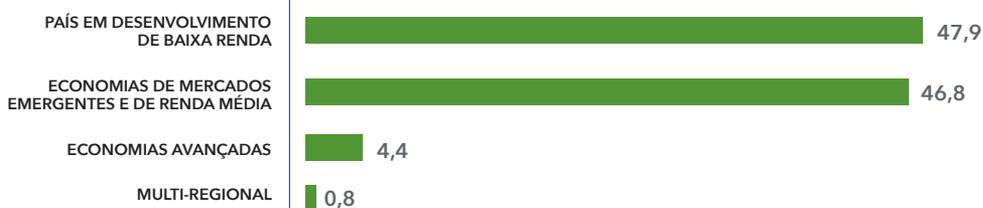
Nigéria

Figura 2.2  
PRESTAÇÃO  
DIRETA DE  
DC POR  
**REGIÃO**  
EXERCÍCIO 2022  
(em % do total)



Fontes: Programa de Gestão e Administração das Atividades Desenvolvimento das Capacidades do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

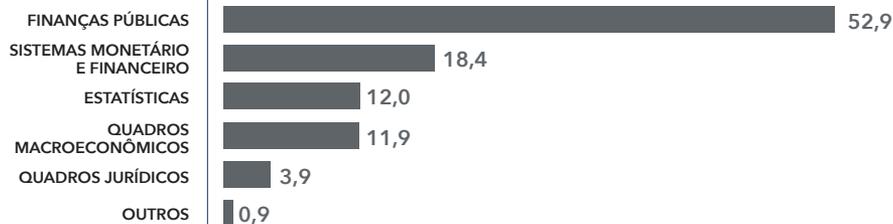
Figura 2.3  
PRESTAÇÃO  
DIRETA  
DE DC POR  
**GRUPO  
DE RENDA**  
EXERCÍCIO 2022  
(em % do total)



Fontes: Programa de Gestão e Administração das Atividades Desenvolvimento das Capacidades do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: as economias avançadas são classificadas conforme explicado na edição de abril de 2022 do *World Economic Outlook*. Os países em desenvolvimento de baixa renda são definidos segundo os critérios do FMI. As economias de mercados emergentes e de renda média abrangem aquelas não classificadas como economias avançadas ou países em desenvolvimento de baixa renda.

Figura 2.4  
PRESTAÇÃO  
DIRETA  
DE DC POR  
**ÁREA**  
EXERCÍCIO 2022  
(em % do total)



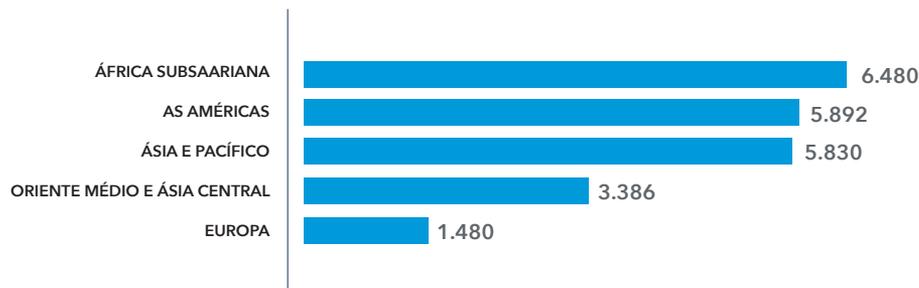
Fontes: Programa de Gestão e Administração das Atividades Desenvolvimento das Capacidades do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 2.5

## FORMAÇÃO

Participação nos cursos,  
por região de origem  
dos participantes

EXERCÍCIO 2022  
(número de participantes)



Fontes: Sistema de acompanhamento dos participantes e candidatos do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

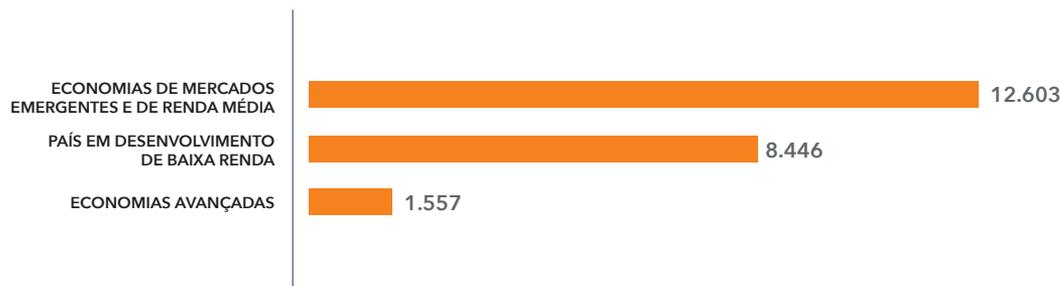
Nota: A maior parte da formação oferecida pelo FMI está centralizada no Programa de Formação do Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD), que inclui cursos coordenados pelo ICD e ministrados pelo próprio ICD, por outros departamentos da sede do FMI e pelos diversos Centros Regionais de Desenvolvimento das Capacidades do FMI, além de programas dirigidos a servidores públicos nacionais. A formação inclui também os cursos on-line do FMI concluídos satisfatoriamente pelos servidores nacionais, bem como formações dos departamentos funcionais fora do Programa de Formação do ICD.

Figura 2.6

## FORMAÇÃO

Participação  
por grupo de renda

EXERCÍCIO 2022  
(número de participantes)



Fontes: Sistema de acompanhamento dos participantes e candidatos do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A maior parte da formação oferecida pelo FMI está centralizada no Programa de Formação do Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD), que inclui cursos coordenados pelo ICD e ministrados pelo próprio ICD, por outros departamentos da sede do FMI e pelos diversos Centros Regionais de Desenvolvimento das Capacidades do FMI, além de programas dirigidos a servidores públicos nacionais. A formação inclui também os cursos on-line do FMI concluídos satisfatoriamente pelos servidores nacionais, bem como formações dos departamentos funcionais fora do Programa de Formação do ICD. Para a definição dos grupos de país por renda, consulte a nota da Figura 2.3.

### 10 principais parceiros do FMI para o desenvolvimento das capacidade

(acordos assinados em dólares americanos, média, exercício 2020-22)

1. Japão
2. Suíça
3. União Europeia
4. Kuwait
5. Alemanha
6. Países Baixos
7. França
8. Cazaquistão
9. Noruega
10. Áustria

### 10 principais beneficiários da assistência técnica do FMI

(exercício 2022, despesas em dólares americanos)

1. Camboja
2. Uzbequistão
3. Serra Leoa
4. Libéria
5. Gâmbia
6. República Democrática do Congo
7. Madagascar
8. Angola
9. China
10. Moçambique

Fontes: Programa de gestão e administração do desenvolvimento das capacidades do FMI; Sistema de acompanhamento dos participantes e candidatos do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

### 10 principais beneficiários, segundo a participação em cursos

(exercício 2022, em semanas de participação)

1. Índia
2. Quênia
3. China
4. Indonésia
5. Camboja
6. Bangladesh
7. Nigéria
8. Uganda
9. Santa Lúcia
10. Madagascar

Fontes: Programa de gestão e administração do desenvolvimento das capacidades do FMI; Sistema de acompanhamento dos participantes e candidatos do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Tabela 2.5

**Fundos temáticos e fundos nacionais do FMI para o desenvolvimento das capacidades**

Em 30 de abril de 2022

<b>NOME</b>	<b>PARCEIROS</b>
<b>Combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (AML/CFT)</b>	Alemanha, Arábia Saudita, Canadá, Coreia, França, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Qatar, Suíça
<b>Iniciativa de Desenvolvimento das Capacidades para fazer face à COVID-19 (CCCDI)</b>	Alemanha, Bélgica, Canadá, China, Coreia, Espanha, Japão, Singapura, Suíça
<b>Dados para Decisões (D4D)</b>	Alemanha, China, Coreia, Japão, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Suíça, União Europeia
<b>Mecanismo de Gestão da Dívida (DMF, Fase III)</b> (em conjunto com o Banco Mundial)	Alemanha, Áustria, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, União Europeia, Banco Africano de Desenvolvimento
<b>Iniciativa de Reforma e Fortalecimento do Setor Financeiro (FIRST, Fase IV)</b> (em conjunto com o Banco Mundial)	Alemanha, Suíça
<b>Fundo para a Estabilidade do Setor Financeiro (FSSF)</b>	Alemanha, Arábia Saudita, China, Itália, Luxemburgo, Reino Unido, Suécia, Suíça, Banco Europeu de Investimento
<b>Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais (MNRW)</b>	Austrália, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, União Europeia
<b>Fundo Temático para a Mobilização de Receitas (RMTF)</b>	Alemanha, Austrália, Bélgica, Coreia, Dinamarca, França, Japão, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça, União Europeia
<b>Fundo para a Somália</b>	Fase I: Canadá, Estados Unidos, Itália, Reino Unido, União Europeia, Fundo Árabe para o Desenvolvimento Econômico e Social; Fase II: Canadá, Itália, Reino Unido
<b>Ferramenta Diagnóstica de Avaliação da Administração Tributária (TADAT)</b>	Alemanha, França, Japão, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suíça

Fonte: Instituto do FMI para o Desenvolvimento das Capacidades.

Tabela 2.6

**Centros regionais de desenvolvimento das capacidades do FMI**

Em 30 de abril de 2022

Nome	Parceiros	Países membros
<b>Instituto de Formação para África (ATI)</b>	Alemanha, China, Maurício (país-sede), Banco Europeu de Investimento	Formação oferecida a 45 países na África Subsaariana
<b>AFRITAC Central (AFC)</b>	Alemanha, China, França, Gabão (país-sede), Países Baixos, Suíça, União Europeia, Banco Europeu de Investimento	Burundi, Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe
<b>AFRITAC Oriental (AFE)</b>	Alemanha, China, Noruega, Países Baixos, Suíça, Reino Unido, Tanzânia (país-sede), União Europeia	Eritreia, Etiópia, Quênia, Maláui, Ruanda, Sudão do Sul (desde maio de 2020), Tanzânia, Uganda
<b>AFRITAC Sul (AFS)</b>	Alemanha, Austrália, China, Maurício (país-sede), Países Baixos, Reino Unido, Suíça, União Europeia, Banco Europeu de Investimento	África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Essuatíni, Lesoto, Madagáscar, Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Zâmbia, Zimbábue
<b>AFRITAC Ocidental (AFW)</b>	Alemanha, China, Côte d'Ivoire (país-sede), França, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Suíça, União Europeia, Banco Europeu de Investimento	Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal, Togo
<b>AFRITAC Ocidental 2 (AFW2)</b>	Alemanha, China, Gana (país-sede), Suíça, Reino Unido, União Europeia, Banco Europeu de Investimento	Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Libéria, Nigéria, Serra Leoa
<b>Escritório de Capacitação do FMI na Tailândia (CDOT)</b>	Japão, Tailândia (país-sede)	Principais países beneficiários: Camboja, Laos R.P.D., Myanmar, Vietnã; certos projetos no CDOT também abrangem outros países na região do Sudeste Asiático e ilhas do Pacífico
<b>Centro Regional de Assistência Técnica do Caribe (CARTAC)</b>	Barbados (país-sede), Canadá, Estados Unidos, México, Países Baixos, Reino Unido, União Europeia, Banco Central do Caribe Oriental, Banco de Desenvolvimento do Caribe	Anguila, Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermuda, Curaçau, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Sint Maarten, Suriname, Trinidad e Tobago, Turks e Caicos

Nome	Parceiros	Países membros
<b>Centro Regional de Formação do Cáucaso, Ásia Central e Mongólia (CCAMTAC)</b>	China, Cazaquistão (país-sede), Coreia, Polônia, Rússia, Suíça, Banco Asiático de Desenvolvimento	Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Geórgia, Mongólia, República Quirguiz, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
<b>Centro Regional de Assistência Técnica para a América Central, Panamá e República Dominicana (CAPTAC-DR)</b>	Colômbia, Espanha, Guatemala (país-sede), Luxemburgo, México, Noruega, União Europeia, Banco Centro-Americano de Integração Econômica	Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana
<b>Centro de Capacitação China-FMI (CICDC)</b>	China (país-sede)	Formação oferecida à China e uma série de países
<b>Instituto Multilateral de Viena (JVI)</b>	Áustria (membro primário e país-sede) e parceiros/doadores internacionais	Formação oferecida a 31 países (30 na Europa Central, Oriental e do Sudeste, Cáucaso, Ásia Central e o Irã)
<b>Centro de Economia e Finanças do Oriente Médio (CEF)</b>	Kuwait (país-sede)	Formação oferecida aos países membros da Liga Árabe
<b>Centro Regional de Assistência Técnica do Oriente Médio (METAC)</b>	Alemanha, França, Líbano (país-sede), Países Baixos, Suíça, União Europeia	Afeganistão, Argélia, Cisjordânia e Gaza, Djibouti, Egito, Iêmen, Iraque, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Síria, Sudão, Tunísia
<b>Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico (PFTAC)</b>	Austrália, Canadá, Coreia, Estados Unidos, Fiji (país-sede), Nova Zelândia, União Europeia, Banco Asiático de Desenvolvimento	Fiji, Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Micronésia, Nauru, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Timor-Leste, Tokelau, Tonga, Tuvalu, Vanuatu
<b>Instituto Regional de Formação FMI-Singapura (STI)</b>	Austrália, Japão, Singapura (país-sede)	Formação oferecida a 37 países na região da Ásia e do Pacífico
<b>Centro Regional de Formação e Assistência Técnica do Sul da Ásia (SARTTAC)</b>	Austrália, Coreia, Índia (país-sede), Reino Unido, União Europeia	Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Sri Lanka

Fonte: Instituto do FMI para o Desenvolvimento das Capacidades.

Nota: o FMI também oferece cursos no contexto de programas regionais de formação.



Parte 3

# QUEM SOMOS

Estados Unidos

O FMI conta com uma equipe de Direção-Geral e 18 departamentos que trabalham com os países e realizam atividades analíticas, técnicas e relacionadas com questões de política. Uma lista dos altos funcionários do FMI pode ser encontrada nas página 60, e o organograma da instituição pode ser consultado aqui:



ORGANOGRAMA  
DO FMI  
[IMF.ORG/ORGCHART](https://www.imf.org/orgchart)

Em janeiro de 2022, a Direção-Geral do FMI anunciou a criação do Gabinete de Gestão da Transformação. Esse novo gabinete passou a existir em 1 de março de 2022 e reúne em uma única estrutura as funções já existentes de gestão de projetos institucionais, gestão da inovação e da mudança, e gestão do conhecimento. O gabinete supervisionará a agenda de modernização do FMI ora em curso, assegurando que a instituição consiga continuar a apoiar os países membros de maneira eficaz nos próximos anos.



Estados Unidos

# Diretores Executivos

Em 30 de abril de 2022

A Diretoria Executiva conduz as atividades diárias do FMI. É composta por 24 Diretores Executivos, eleitos pelos países membros ou por grupos de países, e pela Diretora-Geral, que a preside.



**Aivo Andrianarivelo**



**Afonso Bevilaqua**



**Arnaud Buissé**



**Sergio Chodos**



**Hossein Hosseini**



**Chang Huh**



**Rosemary Lim**



**Ita Mannathoko**

Todos os países membros do FMI são representados na Diretoria Executiva da instituição, que debate as consequências nacionais, regionais e mundiais das políticas econômicas de cada país membro, aprova o

financiamento do FMI para ajudar os países membros a resolver problemas temporários de balanço de pagamentos, e supervisiona as iniciativas do FMI em matéria de desenvolvimento de capacidades.



**Surjit Bhalla**



**Abdullah Bin Zarah**



**Domenico Fanizza**



**Paul Hilbers**



**Philip Jennings**



**Zhongxia Jin**



**Mahmoud Mohieldin**



**Pablo Moreno**



**Aleksei Mozhin**



**Daniel Palotai**



**Mika Pösö**



**Shona Riach**



**Elizabeth Shortino**



**Joerg Stephan**



**Takuji Tanaka**



**Piotr Trabinski**

## Diretores Executivos e Suplentes

Em 30 de abril de 2022

<b>Aivo Andrianarivelo</b> Régis O. N'Sondé Facinet Sylla	Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Comores, Côte d'Ivoire, Djibouti, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Madagáscar, Mali, Maurício, Mauritânia, Níger, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo	<b>Zhongxia Jin</b> Zhengxin Zhang	China
<b>Afonso Bevilaqua</b> Frank Fuentes Bruno Saraiva	Brasil, Cabo Verde, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Suriname, Timor-Leste, Trinidad e Tobago	<b>Rosemary Lim</b> Firman Mochtar	Brunei Darussalam, Camboja, Fiji, Filipinas, Indonésia, Laos R.P.D., Malásia, Myanmar, Nepal, Singapura, Tailândia, Tonga, Vietnã
<b>Surjit Bhalla</b> Chandranath Amarasekara	Bangladesh, Butão, Índia, Sri Lanka	<b>Ita Mannathoko</b> Willie Nakunyada Vuyelwa Vumendlini	África do Sul, Angola, Botsuana, Burundi, Eritreia, Essuatíni, Etiópia, Gâmbia, Lesoto, Libéria, Maláui, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, Serra Leoa, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue
<b>Abdullah Bin Zarah</b> Mohamed Alrashed	Arábia Saudita	<b>Mahmoud Mohieldin</b> Ali Alhosani	Bahrain, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Maldivas, Omã, Qatar
<b>Arnaud Buissé</b> Clément Roman	França	<b>Pablo Moreno</b> Alfonso Guerra Jose Andres Romero	Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México
<b>Sergio Chodos</b> Luis Oscar Herrera	Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai	<b>Aleksei Mozhin</b> Vago	Rússia, Síria
<b>Domenico Fanizza</b> Michael Massourakis	Albânia, Grécia, Itália, Malta, Portugal, San Marino	<b>Daniel Palotai</b> Halil Ibrahim Azal Christian Just	Áustria, Belarus, Eslovênia, Hungria, Kosovo, República Checa, República Eslovaca, Turquia
<b>Paul Hilbers</b> Luc Dresse Vladyslav Rashkovan	Andorra, Armênia, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Chipre, Croácia, Geórgia, Israel, Luxemburgo, Macedônia do Norte, Moldova, Montenegro, Países Baixos, Romênia, Ucrânia	<b>Mika Pösö</b> Anne Marcussen	Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega, Suécia
<b>Hossein Hosseini</b> Mohammed El Qorchi	Afeganistão, Argélia, Gana, Irã, Líbia, Marrocos, Paquistão, Tunísia	<b>Shona Riach</b> David Paul Ronicle	Reino Unido
<b>Chang Huh</b> Angelia Grant Oscar Parkyn	Austrália, Coreia, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Micronésia, Mongólia, Nauru, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Seicheles, Tuvalu, Vanuatu	<b>Elizabeth Shortino</b> Vago	Estados Unidos
<b>Philip Jennings</b> Feargal O'Brolchain	Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Canadá, Dominica, Granada, Irlanda, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas	<b>Joerg Stephan</b> Andrea Rieck	Alemanha
		<b>Takuji Tanaka</b> Mikari Kashima	Japão
		<b>Piotr Trabinski</b> Marcel Peter	Azerbaijão, Cazaquistão, Polônia, República Quirguiz, Sérvia, Suíça, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão

Nota: a República Bolivariana de Venezuela não participou da eleição ordinária de 2020 para a seleção de Diretores Executivos e não está representada no atual termo da Diretoria Executiva (2020-2022).



Diretora-Geral **Kristalina Georgieva**



Primeira Subdiretora-Geral **Gita Gopinath**



Subdiretor-Geral **Kenji Okamura**

## Equipe da Direção-Geral

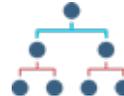
O FMI tem uma Diretora-Geral que é chefe do pessoal e Presidente da Diretoria Executiva. A Diretora-Geral conta com a assistência de uma Primeira Subdiretora-Geral e três Subdiretores-Gerais.



Subdiretora-Geral **Antoinette Sayeh**



Subdiretor-Geral **Bo Li**



# Quadros dirigentes

Em 30 de abril de 2022

Departamentos regionais	
Abebe Selassie	Diretor, Departamento da África
Vago	Diretor, Departamento da Ásia e do Pacífico
Alfred Kammer	Diretor, Departamento da Europa
Jihad Azour	Diretor, Departamento do Oriente Médio e Ásia Central
Ilan Goldfajn	Diretor, Departamento do Hemisfério Ocidental
Gabinetes de informação e ligação	
Chikahisa Sumi	Diretor, Escritório Regional da Ásia e do Pacífico
Ashok Bhatia	Diretor, Escritórios na Europa
Robert Powell	Representante Especial junto às Nações Unidas
Departamentos funcionais e de serviços especiais	
Gerard Rice	Diretor, Departamento de Comunicação
Bernard Lauwers	Diretor, Departamento Financeiro
Vitor Gaspar	Diretor, Departamento de Finanças Públicas
Dominique Desruelle	Diretor, Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades
Rhoda Weeks-Brown	Conselheira Jurídica e Diretora, Departamento Jurídico
Tobias Adrian	Conselheiro Financeiro e Diretor, Departamento de Mercados Monetários e de Capitais
Pierre-Olivier Gourinchas	Conselheiro Econômico e Diretor, Departamento de Estudos
Louis Marc Ducharme	Estatístico-Chefe, CDO e Diretor, Departamento de Estatística
Ceyla Pazarbasioglu	Diretora, Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação
Institutos e Centros	
Abdoul Aziz Wane	Diretor, Instituto de Formação para África
Hervé Joly	Diretor, Instituto Multilateral de Viena
Paulo Drummond	Diretor, Centro de Economia e Finanças do Oriente Médio
Alfred Schipke	Diretor, Instituto de Formação de Singapura
Departamentos de serviços de apoio	
Jennifer Lester	Diretora, Departamento de Serviços Corporativos e Instalações
Catriona Purfield	Diretora, Departamento de Recursos Humanos
Shirin Hamid	Diretora de informática e Diretora, Departamento de Tecnologia da Informação
Ceda Ogada	Secretário do FMI e Diretor, Departamento de Secretaria
Gabinetes	
Charles Collyns	Diretor, Gabinete de Avaliação Independente
Derek Bills	Diretor, Gabinete de Investimentos
Michele Shannon	Diretora, Gabinete de Orçamento e Planificação e Gabinete de Gestão da Transformação
Nancy Asiko Onyango	Diretora, Gabinete de Auditoria Interna
Brenda Boulwood	Diretora, Gabinete de Gestão de Riscos

# RECURSOS

## Orçamento

Em abril de 2021, a Diretoria Executiva do FMI autorizou um orçamento administrativo líquido para o exercício 2022 de US\$ 1.214 bilhão, juntamente com orçamentos indicativos para os exercícios 2023 e 2024. Fiel a uma longa tradição de prudência fiscal, este foi o décimo ano consecutivo em que o orçamento do FMI permaneceu estável em termos reais, sendo as novas atividades compensadas por esforços constantes de repriorização e contenção de custos. A Diretoria também aprovou um limite de gastos brutos de US\$ 1.460 bilhão, que abrange US\$ 210 milhões em reembolsos externos para atividades de desenvolvimento das capacidades. Além disso, aprovou um aumento temporário no transporte de recursos não gastos no exercício 2021 no valor de US\$ 102 milhões para cobrir possíveis gastos no exercício 2022, reconhecendo as necessidades relacionadas à crise. Foi aprovado um financiamento de capital de US\$ 79 milhões para uso durante três anos para a construção de instalações e projetos de capital em tecnologia da informação.

O orçamento para o exercício 2022 apoiou os esforços do FMI para fazer face às necessidades contínuas impostas pela crise e enfrentar os fatores de longo prazo das mudanças mundiais, bem como uma transição para um modelo de trabalho híbrido e uma modernização mais ampla da instituição. As economias decorrentes da redefinição de prioridades internas e da moratória relacionada à pandemia, incluindo viagens, permitiram que os recursos fossem redirecionados para as necessidades geradas pela crise. Embora a interação com as autoridades tenha permanecido virtual em grande medida, a demanda por empréstimos mudou das operações emergenciais para operações de médio prazo, com alguns países membros enfrentando desafios complexos decorrentes do endividamento; as avaliações da estabilidade do



### Estados Unidos

sistema financeiro do FSAP e as consultas no âmbito do Artigo IV foram totalmente retomadas; e os serviços de desenvolvimento das capacidades voltaram a níveis mais próximos aos anteriores à pandemia. A Diretoria Executiva aprovou as estratégias do FMI nas áreas de mudança climática, dinheiro digital e Estados frágeis e afetados por conflitos, bem como uma alocação histórica de DES no valor de US\$ 650 bilhões, como observado acima.

As despesas administrativas efetivas no exercício 2022 totalizaram US\$ 1.180 bilhão, ou 97% do orçamento líquido aprovado. Já as despesas de capital no exercício 2022 montaram a US\$ 90 milhões, incluído o uso de recursos previamente aprovados. Destes, US\$ 21 milhões foram para despesas de capital diretas em instalações, US\$ 60 milhões para despesas relacionadas à tecnologia da informação e US\$ 9 milhões para licenças relacionadas à nuvem.

Tabela 3.1

**Orçamento por principais categorias de despesa, exercícios 2021-24**

(em milhões de US\$)

	Exercício 2021		Exercício 2022		Exercício 2023	Exercício 2024
	Orçamento	Resultado	Orçamento	Resultado	Orçamento	Orçamento
<b>Despesas administrativas</b>						
Pessoal	1.055	1.049	1.074	1.106	1.158	-
Viagens	133	16	134	26	122	-
Edifícios e outros	230	203	239	214	265	-
Medidas de contingência	11	-	12	-	13	-
<b>Total das despesas brutas</b>	<b>1.429</b>	<b>1.268</b>	<b>1.460</b>	<b>1.346</b>	<b>1.559</b>	<b>1.641</b>
Receitas <sup>1</sup>	-243	-142	-246	-166	-264	-282
<b>Total do orçamento líquido</b>	<b>1.186</b>	<b>1.126</b>	<b>1.214</b>	<b>1.180</b>	<b>1.295</b>	<b>1.359</b>
Transporte dos recursos <sup>2</sup>	55	-	102	-	93	-
<b>Total do orçamento líquido, incluindo o transporte dos recursos</b>	<b>1.241</b>	<b>1.126</b>	<b>1.315</b>	<b>1.180</b>	<b>1.387</b>	<b>1.359</b>
<b>Total do orçamento bruto, incluindo transporte dos recursos</b>	<b>1.484</b>	<b>1.268</b>	<b>1.561</b>	<b>1.346</b>	<b>1.651</b>	<b>1.641</b>
<b>Capital<sup>3</sup></b>	<b>99</b>	<b>78</b>	<b>79</b>	<b>90</b>	<b>78</b>	<b>91</b>
Instalações e tecnologia da informação	99	78	70	81	63	74
Soluções informáticas na nuvem	-	-	10	9	15	17
<i>Por memória</i>						
<b>Total do orçamento líquido em dólares (exercício 2022)</b>	<b>1.214</b>	<b>1.152</b>	<b>1.214</b>	<b>1.180</b>	<b>1.235</b>	<b>1.267</b>

Fonte: FMI, Gabinete de Orçamento e Planificação.

Nota: os valores nas colunas foram arredondados e podem, portanto, não corresponder exatamente à soma dos componentes.

<sup>1</sup> Inclui atividades financiadas por doadores, acordos de repartição de custos com o Banco Mundial, vendas de publicações, estacionamento e outras receitas diversas.

<sup>2</sup> Recursos transportados do exercício anterior em conformidade com as regras estabelecidas.

<sup>3</sup> As dotações orçamentárias para instalações e tecnologia da informação podem ser gastas num período de três anos. A coluna "Orçamento" representa a dotação orçamental anual, enquanto a coluna "Resultado" inclui gastos com dotações de anos anteriores.

## Modelo de receitas, comissões, remuneração, repartição da carga e resultado global

### MODELO DE RECEITAS

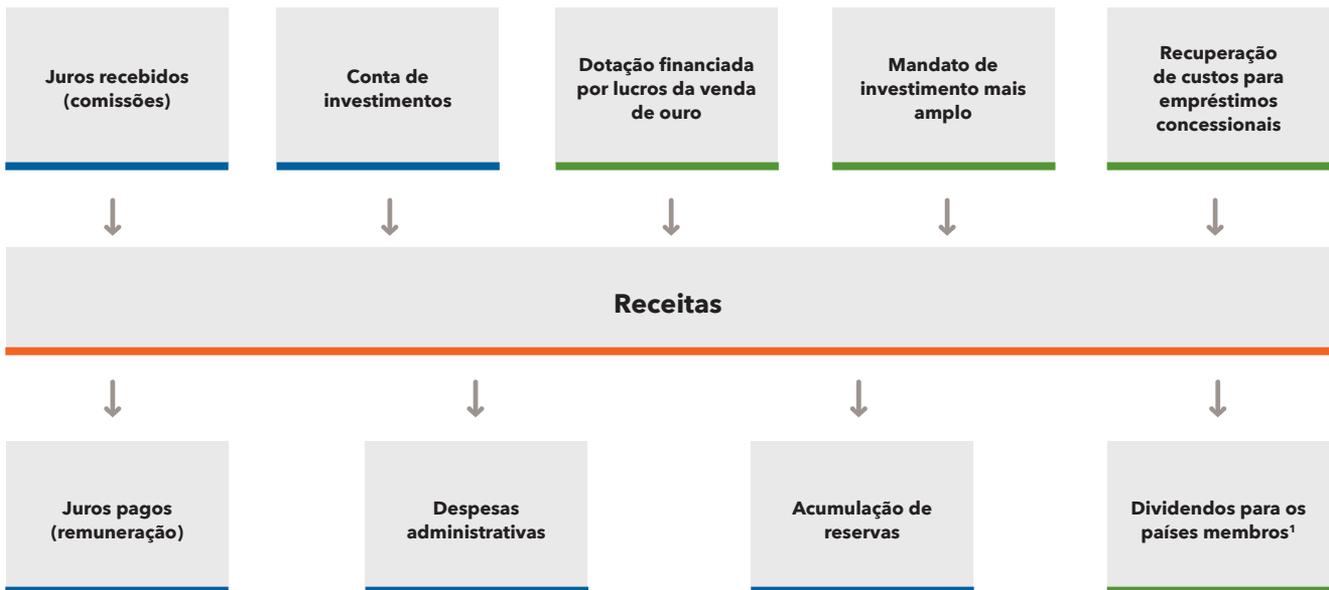
O FMI gera receitas principalmente por meio das suas atividades de empréstimos e de investimentos (Gráfico 3.1). A receita dos empréstimos provém das comissões sobre o uso de crédito da GRA, taxas de serviço e comissões de compromissos. Além disso, em determinadas circunstâncias, o uso do crédito do FMI está sujeito a sobretaxas, como observado na Parte 2. O modelo de receitas do FMI depende também da renda de investimento de ativos nas subcontas de Renda Fixa e de Dotação de Fundos da Conta de Investimentos do FMI. Devido à natureza pública dos recursos, a política de investimentos do FMI inclui, entre outras

coisas, uma avaliação minuciosa dos níveis aceitáveis de risco, bem como salvaguardas para minimizar os conflitos de interesses reais ou aparentes. Em janeiro de 2022, a Diretoria Executiva aprovou uma estratégia de investimento atualizada, que incorpora princípios de investimento responsável ligados a considerações ambientais, sociais e de governança. Esses princípios serão implementados a partir do exercício 2023.

### COMISSÕES

Dado o nível elevado de atividades creditícias, a principal fonte de receitas do FMI ainda são as comissões que incidem sobre o saldo de créditos em aberto. A taxa básica de comissão (a taxa de juros) sobre o financiamento do FMI inclui a taxa de juros dos direitos especiais de saque (DES) mais uma margem fixa expressa em pontos-base, como discutido na Parte 2. Em abril de 2022, a Diretoria Executiva fixou em 100 pontos-base a margem da taxa de comissão para o período que se estende até abril de 2024.

Figura 3.1  
Modelo de receitas



Fonte: FMI, Departamento Financeiro.

Nota: as caixas verdes representam elementos que foram incorporados ao modelo de receitas em 2008.

<sup>1</sup> Em 29 de abril de 2022, os países membros não haviam adotado a política de dividendos.

O FMI também aplica sobretaxas a grandes volumes de crédito. As sobretaxas incidem sobre o crédito em aberto acima de um limiar definido em relação à cota do país membro (sobretaxa baseada no nível de crédito) e são mais elevadas quando o limiar foi ultrapassado por um período específico (sobretaxas baseadas no tempo decorrido) (Tabela 2.1).

Além das comissões e sobretaxas, o FMI cobra taxas de serviço, comissões de compromisso e comissões especiais. Cada saque da GRA está sujeito a uma taxa de serviço de 0,5%. Uma comissão de compromisso reembolsável é cobrada no início de cada período de 12 meses sobre os montantes disponíveis para saque no âmbito de acordos da GRA (com exceção da Linha de Liquidez de Curto Prazo) durante aquele período. O FMI cobra também comissões especiais sobre os encargos vencidos, nos primeiros seis meses em que um país membro está em mora.

## REMUNERAÇÃO E JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS

Do lado da despesa, o FMI paga juros (remuneração) aos países membros pelas suas posições credoras na GRA (o que se denomina de “posição remunerada na parcela de reserva”). A taxa básica de remuneração é igual à taxa de juros do DES. O FMI também paga juros, à taxa de juros do DES, sobre os empréstimos em aberto no âmbito dos Novos Acordos de Empréstimo (NAB; ver a seção “Financiamento do FMI”).

## REPARTIÇÃO DA CARGA

As taxas de comissão e remuneração são ajustadas por meio de um mecanismo de repartição da carga que distribui o custo das obrigações financeiras vencidas de forma equitativa entre países membros devedores e credores.

## RESULTADO GLOBAL

O resultado global do FMI no exercício 2022 foi de DES 3.085 bilhões (equivalente a US\$ 4.346 bilhões), o que corresponde sobretudo à receita gerada pela atividade creditícia, cujo nível foi elevado, à receita das dotações e a ganhos derivados da nova mensuração dos ativos e passivos do plano de benefícios aos empregados, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira (Norma Internacional de Contabilidade 19, Benefícios aos empregados).

## ATRASADOS DEVIDOS AO FMI

O Sudão, o último país membro do FMI com pagamentos em atraso, regularizou a sua situação de mora prolongada (superior a seis meses) em 29 de junho de 2021, e alcançou o ponto de decisão no âmbito da Iniciativa HIPC. No fim de abril de 2022, nenhum país do FMI estava com pagamentos em atraso. O FMI adota uma estratégia de cooperação reforçada em relação aos pagamentos em atraso, com base em medidas corretivas progressivamente mais severas para impedir a recorrência de situações de mora prolongada.

## Financiamento

O FMI proporciona financiamento aos países membros por meio de três canais, os quais cumprem o propósito comum de transferir moedas de reserva aos países membros: empréstimos normais (não concessionais) com recursos da GRA, empréstimos concessionais com recursos do PRGT (ambos mencionados na Parte 2) e o Departamento de DES. A característica mais marcante da estrutura financeira do FMI é sua constante evolução. O FMI introduziu e aperfeiçoou uma variedade de instrumentos



e políticas de crédito ao longo dos anos para acompanhar as mudanças na conjuntura econômica mundial ou as necessidades e circunstâncias específicas dos países membros. Quando entrar em operação (o que deve ocorrer no fim de 2022), o RST será mais um canal para a concessão de empréstimos.

## COTAS: A FONTE DE RECURSOS DO FMI

Os 190 países membros do FMI proporcionam os recursos utilizados na concessão de empréstimos, principalmente por meio do pagamento das suas cotas, que também determinam o número de votos. Os empréstimos multilaterais e bilaterais servem como segunda e terceira linhas de defesa em tempos de crise. Graças a esses recursos, o FMI tem acesso a cerca de um trilhão de dólares para apoiar os países membros através de empréstimos não concessionais. Os empréstimos concessionais



Estados Unidos

e o alívio da dívida para países de baixa renda são financiados por fundos fiduciários distintos com base em contribuições.

A cada país membro é atribuída uma cota em função principalmente da sua posição na economia mundial. As cotas do FMI totalizam DES 476 bilhões (cerca de US\$ 639,9 bilhões).<sup>6</sup> O valor do DES, a unidade de conta do FMI, é calculado com base numa cesta de moedas (ver a secção “Direito especial de saque”).

As cotas do FMI também são revistas a intervalos regulares. Está em curso a XVI Revisão Geral das Cotas, que deverá ser concluída no mais tardar até 15 de dezembro de 2023. Ela oferece uma oportunidade para avaliar a adequação global das cotas e a sua distribuição entre os países membros do FMI. Durante o exercício 2022, a Diretoria Executiva apresentou dois relatórios de andamento à Assembleia de Governadores sobre a XVI Revisão Geral, onde descreve as discussões em curso. A base para a presente revisão são as reformas

em matéria de governança promovidas em 2010 (XIV Revisão Geral), cujo objetivo era proteger as cotas e o poder de voto dos países membros mais pobres. A atual fórmula de cálculo das cotas, que foi aprovada em 2008 e tem sido usada como guia, também está a ser revista.

## PAGAMENTO DAS QUOTAS

As condições para a implementação do aumento das cotas acordado no âmbito da XIV Revisão Geral foram cumpridas em 26 de janeiro de 2016. Como resultado, os recursos provenientes das cotas dobraram, de cerca de DES 238,5 bilhões (cerca de US\$ 320,6 bilhões) para DES 477 bilhões (cerca de US\$ 641,2 bilhões). Em 30 de abril de 2022, 188 dos 190 países membros haviam efetuado os pagamentos das cotas, o que representa mais de 99% do total do aumento das cotas; o total de cotas era de DES 476 bilhões (cerca de US\$ 640 bilhões).

## EMPRÉSTIMOS DO FMI

Como já foi dito, o FMI é uma instituição baseada em cotas. Contudo, os recursos obtidos através de empréstimos ainda são fundamentais para complementar os recursos derivados das cotas por meio dos NAB e dos acordos bilaterais de empréstimos (BBA), que constituem uma segunda e terceira linhas de defesa além das cotas.

Os NAB são um conjunto de acordos de crédito com 38 participantes e mais dois em perspectiva. O volume de recursos do NAB dobrou para cerca de DES 361 bilhões em 1 de janeiro de 2021, e um novo ciclo desses acordos foi fixado até ao fim de 2025. Os recursos dos NAB podem ser ativados quando é preciso complementar os recursos do FMI para prevenir ou fazer frente a disfunções no sistema monetário internacional. A ativação exige

<sup>6</sup>Dois países membros, Eritreia e Sudão, ainda não consentiram com o aumento proposto das suas cotas no âmbito da XIV Revisão Geral das Cotas. Quando o fizerem, e efetuarem os pagamentos respectivos, as cotas do FMI totalizarão 477 bilhões de DES.



Estados Unidos

o consentimento de participantes que representem 85% do total de acordos de crédito de participantes habilitados para votar, bem como a aprovação da Diretoria Executiva. Os NAB foram ativados 10 vezes entre abril de 2011 e fevereiro de 2016, data da última ativação.

Como se observou, os BBA servem como uma terceira linha de defesa, após as cotas e os NAB. A atual (2020) rodada de BBA começou em 1 de

janeiro de 2021, com um prazo inicial que termina a 31 de dezembro de 2023, mas que pode ser estendido por mais um ano. Até 30 de abril de 2022, 42 credores bilaterais, no contexto dos seus BBA de 2020, se comprometeram a fornecer ao FMI um total equivalente a cerca de DES 138 bilhões em créditos. Os recursos provenientes dos BBA só podem ser ativados se o montante de outros recursos do FMI disponíveis para financiamento cair para menos de DES 100 bilhões e se os NAB tiverem sido ativados ou se não houver recursos não comprometidos disponíveis no âmbito dos NAB. A ativação dos BBA exige a aprovação de credores bilaterais que representem 85% do total de crédito comprometido.

## DIREITO ESPECIAL DE SAQUE

O DES é um ativo de reserva internacional criado pelo FMI em 1969 para complementar as reservas oficiais dos países membros. Serve como unidade de conta do FMI e de alguns outros organismos internacionais. O DES não é uma moeda nem um crédito sobre o FMI. É, antes, um crédito potencial sobre as moedas livremente utilizáveis dos países membros do FMI. Os países membros do FMI que são participantes do Departamento de DES (atualmente todos os membros) podem trocar DES por moedas livremente utilizáveis.

O valor do DES é baseado numa cesta de cinco moedas: o dólar norte-americano, o euro, o renminbi chinês, o iene japonês e a libra esterlina. Essas moedas são revistas periodicamente; a mais recente revisão do valor da cesta do DES ocorreu em julho de 2022.

À data de 30 de abril de 2022, um total de DES 660,7 bilhões (equivalente a cerca de US\$ 888 bilhões) havia sido alocado aos países membros, incluindo a alocação de DES 456,5 bilhões em agosto de 2021, a maior alocação de DES da história, aprovada devido à pandemia em curso. Esta alocação proporcionou mais liquidez ao sistema econômico mundial, complementando as reservas cambiais dos países e reduzindo sua dependência em relação a uma dívida interna ou externa mais dispendiosa. Os países conseguiram usar o espaço proporcionado pela alocação de DES para apoiar suas economias e intensificar a luta contra a crise.

Para ampliar os benefícios da alocação, o FMI está incentivando a canalização voluntária de DES de países com posições externas sólidas para os países mais necessitados. Alguns já se comprometeram a emprestar seus DES ao PRGT, que oferece

empréstimos em condições concessionais aos países de baixa renda. Além disso, o recém-criado RST usará os DES canalizados para oferecer financiamento de longo prazo acessível aos países que empreendam reformas para se protegerem contra certos riscos, tais como os associados à mudança climática ou a uma pandemia.

À luz da nova alocação e no intuito de aumentar a transparência e a responsabilidade no uso dos DES, o FMI publicou uma Nota de Orientação para o Corpo Técnico em agosto de 2021 sobre a avaliação das implicações macroeconômicas da nova alocação, o seu tratamento estatístico e governança, bem como sobre a forma como poderia afetar a sustentabilidade da dívida. Além disso, o FMI começou a apresentar relatórios trimestrais sobre os DES, transações e negociações e se comprometeu a publicar um relatório de acompanhamento sobre o uso dos DES em dois anos.



Estados Unidos

# PRESTAÇÃO DE CONTAS

O FMI presta contas aos seus 190 países membros e conta com um sistema de freios e contrapesos para garantir a responsabilização – desde auditorias internas e externas até a gestão de riscos e a avaliação das suas políticas e operações. Da mesma forma, espera-se que os quadros do FMI observem os mais elevados padrões éticos e de conduta no trabalho.



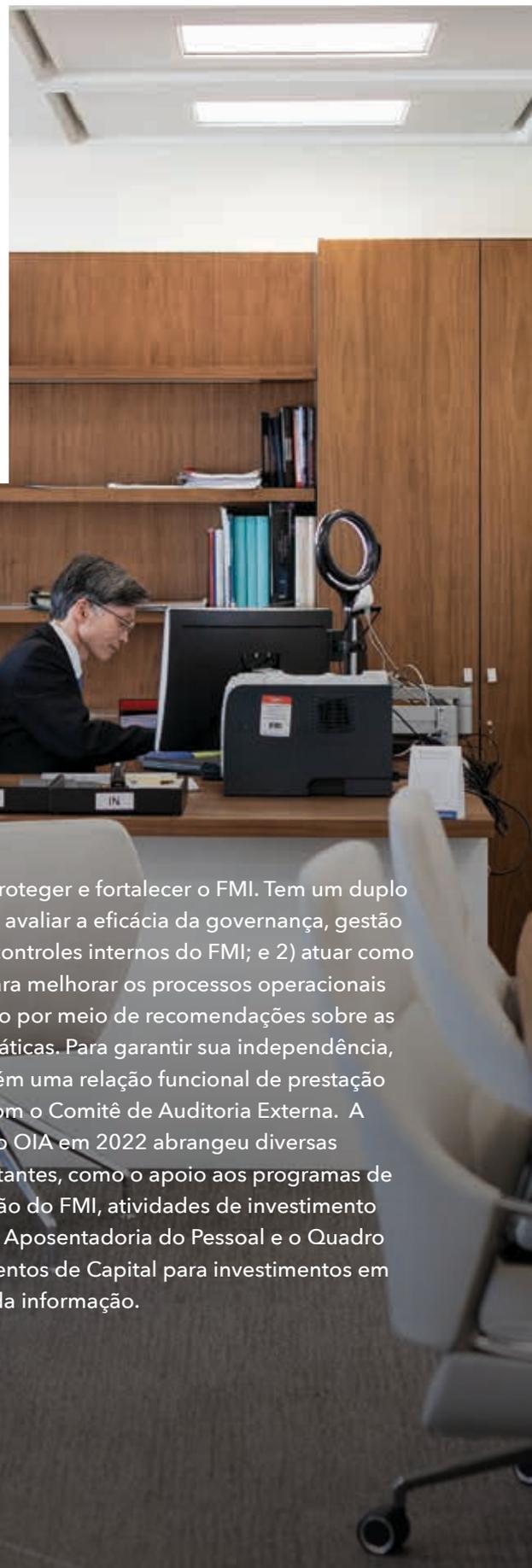
## FREIOS E CONTRAPESOS

O FMI faz auditorias de todas as suas operações. Os mecanismos de auditoria instituídos para melhorar a governança, transparência e prestação de contas incluem uma firma de auditoria externa, um Comitê de Auditoria Externa independente e o Gabinete de Auditoria Interna (OIA).

O Comitê de Auditoria Externa é independente da administração do FMI e da sua Diretoria Executiva. O Comitê presta contas à Diretoria Executiva e é responsável pela supervisão da auditoria externa do FMI, auditoria interna, contabilidade e relatórios financeiros, gestão de risco e funções de controle interno.

O Gabinete de Auditoria Interna desempenha uma função independente de consultoria e garantia cujo

objetivo é proteger e fortalecer o FMI. Tem um duplo mandato: 1) avaliar a eficácia da governança, gestão de riscos e controles internos do FMI; e 2) atuar como consultor para melhorar os processos operacionais da instituição por meio de recomendações sobre as melhores práticas. Para garantir sua independência, o OIA mantém uma relação funcional de prestação de contas com o Comitê de Auditoria Externa. A cobertura do OIA em 2022 abrangeu diversas áreas importantes, como o apoio aos programas de modernização do FMI, atividades de investimento do Plano de Aposentadoria do Pessoal e o Quadro de Investimentos de Capital para investimentos em tecnologia da informação.





## GESTÃO DO RISCO INSTITUCIONAL

O Gabinete de Gestão de Riscos do FMI oferece a liderança e inovação necessárias para identificar, avaliar, medir, monitorar e informar os riscos institucionais em todo o FMI. Apoia um quadro de gestão de riscos institucionais que alavanca práticas padronizadas adaptadas ao contexto do mandato e modelo operacional únicos do FMI. Trabalha em todos os departamentos para assegurar uma abordagem uniforme de tolerância ao risco, governança, cultura e processos de risco, respaldada pela gestão de questões e ações de risco e por uma forte comunicação e prestação de contas por toda a instituição.



## APRENDER COM A EXPERIÊNCIA

Em 2021, o Gabinete de Avaliação Independente (IEO) celebrou o seu vigésimo aniversário. O Gabinete conduz avaliações independentes e objetivas das políticas e atividades do FMI e é inteiramente independente da Direção-Geral e dos quadros do FMI, mantendo a devida distância da Diretoria Executiva. A missão do IEO é consolidar a cultura de aprendizado do FMI, fortalecer sua credibilidade externa e dar respaldo à governança e supervisão da instituição. As avaliações recentes do IEO se concentraram no crescimento e ajuste nos programas apoiados pelo FMI e na interação do FMI com os pequenos Estados em desenvolvimento. Mais informações sobre o IEO, seus termos de referência e relatórios de avaliação estão disponíveis em <https://IEO.IMF.org>.



## INTERAÇÕES COM O PÚBLICO

O FMI se reúne regularmente com líderes políticos e autoridades nacionais e interage de forma rotineira com um vasto leque de representantes do setor privado, da mídia e de grupos de interesse não governamentais, como a comunidade acadêmica, organizações da sociedade civil, parlamentares, sindicatos e líderes de movimentos juvenis. Esse diálogo recíproco permite ao FMI explicar suas abordagens e assimilar conhecimentos para melhorar sua assessoria em política econômica.



## ÉTICA E CONDUTA DOS FUNCIONÁRIOS

O Gabinete de Ética do FMI, o seu ombudsman e o seu Gabinete de Investigações Internas ajudam a assegurar a boa governança dentro da organização.

O Gabinete de Ética ajuda a organização a manter elevados padrões éticos de conduta e a reputação de probidade, integridade e imparcialidade do Fundo e do seu pessoal. O Assessor de Ética promove a conscientização sobre questões éticas, oferece cursos e orientação sobre ética ao pessoal do FMI e supervisiona a certificação anual da conduta ética e valores fundamentais para promover o cumprimento do Código de Conduta do Pessoal, bem como um programa anual de divulgação financeira para quadros superiores e membros do pessoal que ocupam funções específicas. Um Código de Conduta distinto é aplicado aos membros da Diretoria Executiva.

O ombudsman oferece assistência imparcial e independente na resolução de problemas que ocorrem no local de trabalho. O Gabinete de Investigações Internas examina e investiga denúncias de conduta indevida, incluídas as violações do Código de Conduta. Uma linha direta de integridade, administrada por uma entidade independente, está disponível para receber, de forma anônima e confidencial, denúncias de conduta indevida ou outras preocupações do pessoal ou do público.

A Diretoria Executiva do FMI também está empenhada em manter os mais elevados padrões de governança e integridade dos dados, estudos e

operações da instituição. Ao concluir sua investigação sobre o relatório *Doing Business* de 2018 do Banco Mundial, a Diretoria Executiva observou que confiava na “imparcialidade e excelência analítica do corpo técnico do FMI e nos canais robustos e eficazes de que o FMI dispõe para canalizar queixas, discordâncias e prestação de contas”, mas consideraria “a tomada de medidas adicionais para garantir a solidez das salvaguardas institucionais nessas áreas”.

Nesse contexto, em dezembro de 2021, a Diretoria Executiva anunciou a criação de um grupo diretor para liderar uma revisão das salvaguardas institucionais, com o objetivo de garantir que o corpo técnico, a Direção-Geral e a Diretoria Executiva mantenham os padrões mais elevados possíveis em termos de governança interna e representação do pessoal e da integridade dos dados e análises. Dessa forma, com base em uma abordagem integrada envolvendo o corpo técnico, a Direção, a Diretoria e um painel externo de peritos independentes, está sendo feita uma avaliação da robustez e eficácia dos canais utilizados para queixas, discordâncias e prestação de contas dentro do FMI. Além disso, está em andamento uma avaliação da solidez geral das salvaguardas nos principais pontos dos processos de revisão interna do FMI, a fim de garantir a integridade dos dados e análises da instituição. O trabalho relativo a esta revisão foi concluído em junho de 2022.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> A Diretoria Executiva do FMI concluiu a revisão em 30 de junho de 2022 (após a finalização deste relatório). Para saber mais, visite [www.imf.org/safeguards](http://www.imf.org/safeguards).

## Avaliações das salvaguardas

Quando o FMI disponibiliza financiamento a um país membro, é efetuada uma avaliação das salvaguardas para oferecer uma garantia razoável de que o banco central do país é capaz de gerir os recursos que recebe do FMI e apresentar dados monetários confiáveis sobre o programa apoiado pela instituição.

No fim de abril de 2022, foram conduzidas

**366** avaliações,

abrangendo

**104** bancos centrais

**20 foram concluídas no exercício 2022**



**AVALIAÇÕES  
DAS SALVAGUARDAS  
CONCLUÍDAS ATÉ À DATA**

SAIBA MAIS ON-LINE

### AS AVALIAÇÕES EXAMINAM AS OPERAÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS EM CINCO ÁREAS:



As avaliações examinam as operações dos bancos centrais em cinco áreas: 1) o mecanismo de auditoria externa, 2) a estrutura e autonomia jurídicas, 3) o quadro de apresentação de informações financeiras, 4) o mecanismo de auditoria interna e 5) o sistema de controles internos. De 2000 até o fim de abril de 2022, foram conduzidas 366 avaliações envolvendo 104 bancos centrais; 20 dessas avaliações foram concluídas no exercício 2022.

O FMI também monitora os progressos dos bancos centrais na melhoria dos quadros de salvaguardas e na aplicação das recomendações feitas pela instituição durante as avaliações. O monitoramento continua enquanto o crédito do FMI permanece pendente. Cerca

de 82 bancos centrais estão sujeitos a monitoramento atualmente. A atividade de monitoramento aumentou em cerca de 20 bancos centrais em comparação com os níveis anteriores à pandemia devido ao financiamento concedido aos países membros para fazer face ao impacto da pandemia de COVID-19.

O FMI também faz revisões das salvaguardas fiscais do Tesouro do Estado quando um país membro solicita acesso excepcional aos recursos do FMI em casos em que uma parcela substancial dos recursos – pelo menos 25% – se destina a financiar o orçamento do Estado. Durante o exercício 2022, foi feita uma revisão das salvaguardas fiscais, e uma segunda está em andamento.



# RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A sustentabilidade ambiental e as iniciativas filantrópicas são o baluarte do programa de responsabilidade social corporativa do FMI.

# Sustentabilidade ambiental

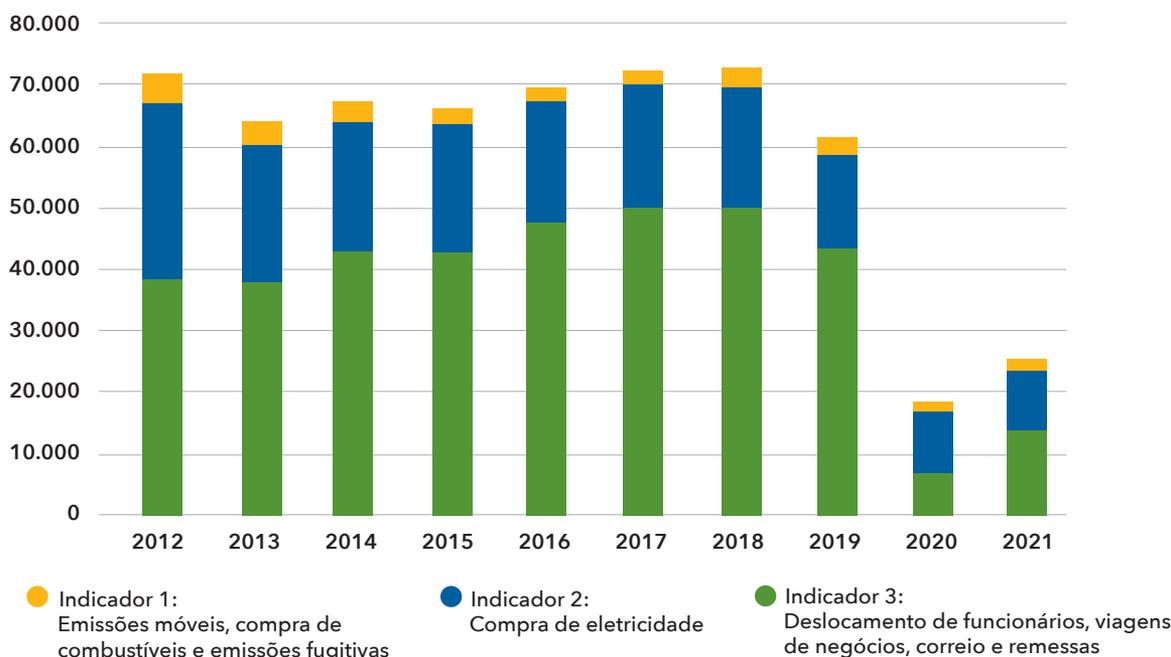
O FMI está comprometido com a responsabilidade ambiental nas suas operações. A mudança climática é uma grande ameaça ao crescimento e prosperidade no longo prazo e tem um impacto direto sobre o bem-estar econômico mundial. O FMI está ampliando seu trabalho sobre a mudança climática, ajudando os países membros a adotar e pôr em prática políticas destinadas a mitigar, conter e reduzir as emissões. Da mesma forma, como instituição, está tomando medidas para avançar nas suas metas operacionais de sustentabilidade ambiental.

Há já mais de uma década que o FMI envida esforços para reduzir o impacto no meio ambiente e, ao mesmo tempo, continuar a apoiar de maneira eficaz os países membros. Em 2021, criou o Conselho de Sustentabilidade Ambiental para aconselhar e orientar a Direção-Geral do FMI sobre as questões ambientais com que a organização se depara. Além disso, continuou a investir em novas tecnologias de construção e a administrá-las para

reduzir o consumo de energia, além de ter adotado novas políticas para ecologizar a frota de veículos do FMI em todo o mundo.

Mesmo com o relaxamento gradual das restrições decorrentes da pandemia de COVID-19 e com o início do retorno do pessoal aos escritórios na sede e nas representações – e a retoma limitada das viagens para as missões mais necessárias – a pegada de carbono do FMI permaneceu bem abaixo dos níveis anteriores à pandemia (Figura 3.2). Contudo, à medida que as operações retomam um ritmo mais normal, surge a oportunidade de tornar permanentes algumas das reduções da pegada de carbono do FMI associadas à pandemia. Nesse sentido, cumpre notar que foram obtidos avanços consideráveis no desenvolvimento de um novo modelo de trabalho híbrido que, assim que for implementado em 2022, permitirá reduzir de forma permanente as emissões relacionadas ao deslocamento dos funcionários e aos prédios.

Figura 3.2  
**Emissões de gases de efeito estufa do FMI, anos civis 2012-21**  
 (em toneladas equivalentes de dióxido de carbono)



Fonte: Departamento de Serviços Corporativos e Instalações do FMI.

## Giving Together

*Giving Together* é o programa filantrópico do FMI, sustentado por doações dos funcionários na ativa e aposentados e iniciativas de arrecadação de fundos promovidas pelo FMI.

O prolongamento da pandemia de COVID-19 e das crises humanitárias decorrentes de conflitos e a ocorrência de desastres naturais e relacionados ao clima continuaram a impor desafios gigantescos para as pessoas e comunidades em todo o mundo. No exercício 2022, a comunidade do FMI respondeu a esses desafios humanitários com um apoio sem precedentes. Entre as doações de funcionários e aposentados, doações diretas do *Giving Together*, doações e fundos de contrapartida do FMI, o programa arrecadou mais de US\$ 5,5 milhões para causas filantrópicas no exercício 2021, um montante nunca antes alcançado na história da instituição (Figura 3.3).

### AÇÃO SOLIDÁRIA

A campanha de 2022 alcançou um marco importante tanto em termos de participação como de dólares arrecadados, com contribuições

que ultrapassaram a marca de US\$ 3 milhões pela primeira vez. Um número recorde de funcionários e aposentados contribuiu para a campanha, arrecadando mais de US\$ 3,3 milhões em doações e fundos de contrapartida para apoiar organizações na região metropolitana de Washington e em todo o mundo.

Além disso, o programa *Giving Together* organizou campanhas de ajuda humanitária na sequência de catástrofes naturais na República do Congo, Haiti, Indonésia e Tonga e em resposta à crise de refugiados na Ucrânia e países vizinhos. No total, foram canalizados mais de US\$ 736 mil para organizações internacionais de ajuda humanitária que prestam ajuda e apoio essenciais a crianças e famílias afetadas.

Somados, as doações de funcionários e aposentados e os fundos de contrapartida geraram US\$ 5,2 milhões para apoiar causas filantrópicas e iniciativas de ajuda humanitária durante o exercício 2022, superando os US\$ 4,1 milhões arrecadados no exercício anterior.

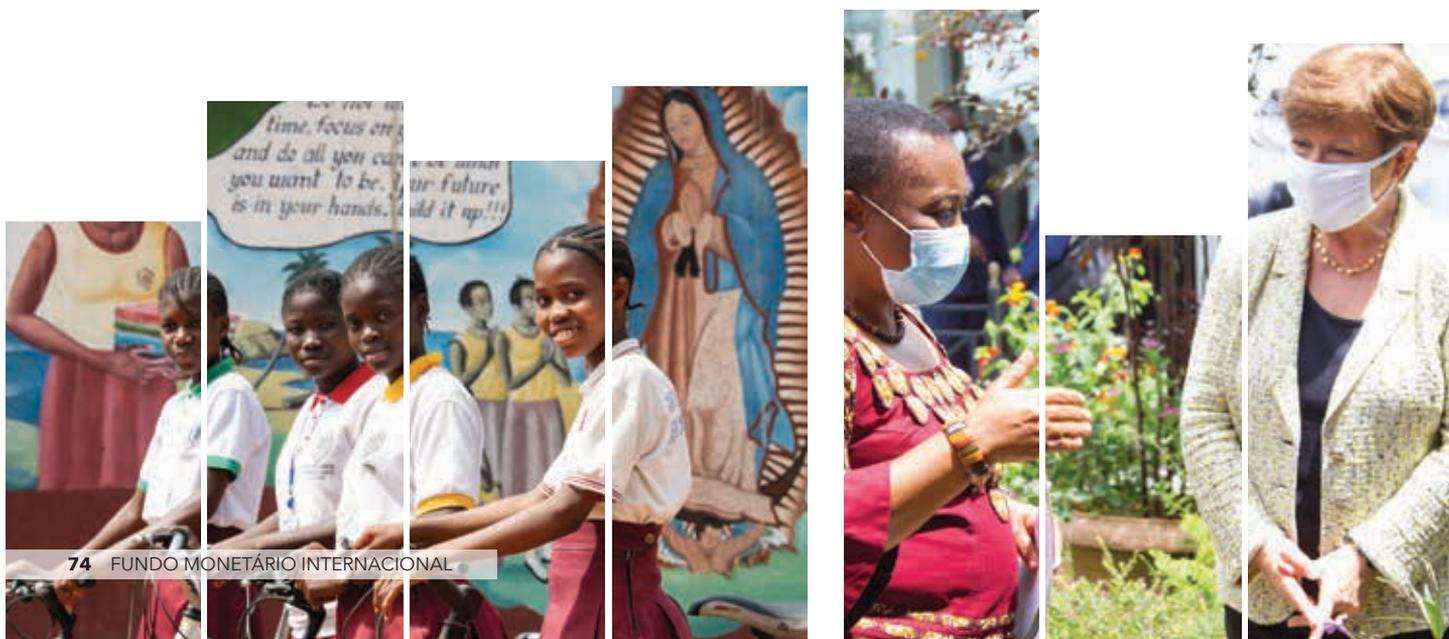
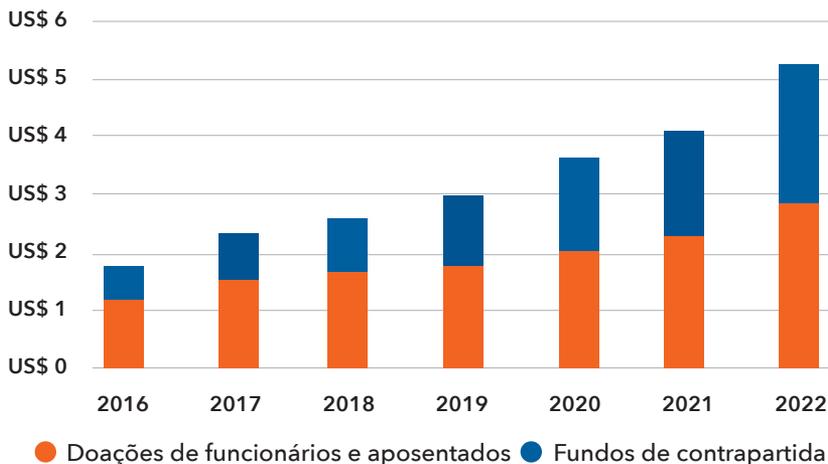


Figura 3.3  
**Total de doações e fundos de contrapartida arrecadados, 2016-22**

(em milhões de US\$)



Fonte: Departamento de Comunicação do FMI.

ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA **GIVING TOGETHER** NO EXERCÍCIO 2022

**US\$ 736 mil**

arrecadados em apoio a campanhas de ajuda humanitária e assistência após catástrofes

**US\$ 387 mil**

em recursos para entidades filantrópicas em todo o mundo, doados a

**30**

organizações em

**4**

continentes

## DOAÇÕES DIRETAS

O FMI ajuda seus vizinhos da região metropolitana de Washington e as comunidades do mundo inteiro a sair da pobreza e da crise, apoiando iniciativas comunitárias por meio de parcerias e doações anuais em dinheiro. No exercício 2022, o programa *Giving Together* doou US\$ 387 mil a organizações filantrópicas em todo o mundo. Muitos dos subsídios nesse exercício se concentraram em programas e serviços que apoiam grupos prejudicados de forma desproporcional pela COVID-19, sobretudo as populações de cor, as mulheres e os jovens. No total, foram feitas doações diretas a 30 organizações que atendem populações desfavorecidas em 10 países de quatro continentes.

## VOLUNTARIADO

Desde o início da pandemia, os funcionários do FMI encontraram formas de contribuir para as suas comunidades por meio de atividades de

voluntariado. Seja individualmente ou em um grupo, os funcionários do FMI se envolveram em várias atividades filantrópicas durante o ano, incluindo a preparação de refeições saudáveis para famílias carentes, a organização de campanhas de arrecadação para estudantes em comunidades e escolas com poucos recursos e a participação de eventos de limpeza comunitária com parceiros locais sem fins lucrativos que trabalham para conservar e proteger o meio ambiente.

Além disso, em comemoração ao Dia de Martin Luther King Jr., os funcionários do FMI participaram de um evento virtual de voluntariado organizado pelo *Giving Together* em parceria com o *Capital Area Food Bank*, uma organização local e uma das maiores entidades sem fins lucrativos que combatem a fome e a insegurança alimentar na região metropolitana de Washington.

Da esquerda: o projeto *Village Bicycle*. A Diretora-Geral Kristalina Georgieva apresenta uma doação ao Fundo para Mulheres Congolesas na República Democrática do Congo (dezembro de 2021).

1 de agosto de 2022

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à Assembleia de Governadores o *Relatório Anual da Diretoria Executiva* para o exercício financeiro findo em 30 de abril de 2022, em conformidade com a Secção 7 a) do Artigo XII do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional e a Secção 10 dos Estatutos do FMI. Conforme o disposto na Secção 20 dos Estatutos, os orçamentos administrativo e de capital do FMI aprovados pela Diretoria Executiva para o exercício financeiro a findar em 30 de abril de 2022 são apresentados no website do *Relatório Anual*. As demonstrações financeiras auditadas do Departamento Geral, do Departamento de DES e das contas administradas pelo FMI para o exercício findo em 30 de abril de 2022, juntamente com os respectivos relatórios da firma de auditoria externa, são apresentados no Apêndice VI, assim como em [www.imf.org/AR2022](http://www.imf.org/AR2022). O processo de auditoria externa foi supervisionado pelo Comitê de Auditoria Externa formado por Bassam Hage (Presidente), Jacques Ethevenin e Leen Paape, em conformidade com a Secção 20 c) dos Estatutos do FMI.

Atenciosamente,



Kristalina Georgieva

Diretora-Geral e Presidente da Diretoria Executiva



Pode acessar e baixar o *Relatório Anual de 2022*, bem como as demonstrações financeiras online. Aguardamos sua visita no website do *Relatório Anual* onde poderá também explorar todos os recursos disponibilizados.

[www.imf.org/AR2022](http://www.imf.org/AR2022)

Este *Relatório Anual* foi preparado pela Divisão de Publicações do Departamento de Comunicação do FMI, em consulta com vários departamentos da instituição. Christoph Rosenberg e Linda Kean supervisionaram o trabalho da equipe do relatório, sob a direção do Comitê de Avaliação da Diretoria Executiva, presidido por Chang Huh. Analisa R. Bala chefiou a equipe de redação e Wala'á El Barasse foi responsável pela gestão e edição do projeto. Denise Bergeron coordenou a produção do relatório e Crystal Herrmann colaborou no design digital. A edição em português foi preparada pela Secção de Espanhol e Português da Divisão de Serviços Linguísticos do Departamento de Serviços Corporativos e Instalações do FMI.

© 2022 Fundo Monetário Internacional. Todos os direitos reservados.

**Design:** Feisty Brown, feistytbrown.com

**Web design:** Cantilever, cantilever.co

#### Fotografia:

IMF Photo/James Oatway: capa, no alto à esq.

IMF Photo/James Oatway: capa, no alto, centro

IMF Photo/Saumya Khandelwal: capa, no alto à dir.

IMF Photo/Brendan Hoffman: capa, embaixo à esq.

IMF Photo/Ryan Rayburn: capa, embaixo, centro

IMF Photo/Joaquin Sarmiento: capa, embaixo à dir.

IMF Photo/Kim Haughton: p. 2

IMF Photo/Cynthia R Matonhodze: pp. 6-7

IMF Photo: p. 8

Alamy Stock Photo/Uwe Moser Moser: p. 11

IMF Photo: p. 12

Shutterstock/GaudiLab: p. 15, à esq.

Alamy Stock Photo/Gabor Basch: p. 15, 2.º a partir da esq.

Alamy Stock Photo/Zoonar GmbH: p. 15, 2.º a partir da dir.

Alamy Stock Photo/Cavan Images/David Santiago Garcia: p. 15, à dir.

IMF Photo/Esther Ruth Mbabazi: p. 16

IMF Photo/Tamara Merino: pp. 20-21

IMF Photo: p. 23

IMF Photo: p. 25

IMF Photo/Karim Jaafar: p. 26

IMF Photo/Yam G-Jun: p. 28

IMF Photo/Ernesto Benavides: pp. 30-31

IMF Photo/Brendan Hoffman: p. 32

IMF Photo: p. 34, à esq.

IMF Photo/Cynthia R Matonhodze: p. 34, 2.º a partir da esq.

IMF Photo/Cynthia R Matonhodze: p. 34, 2.º a partir da dir.

IMF Photo/Daro Sulakauri: p. 35, à esq.

IMF Photo: p. 35, 2.º a partir da esq.

IMF Photo/Kim Haughton: p. 35, 2.º a partir da dir.

IMF Photo/Joshua Roberts: p. 35, à dir.

IMF Photo/Esther Ruth Mbabazi: p. 42

IMF Photo/Raphael Alves: p. 43

IMF Photo: p. 46

IMF Photo/Joshua Roberts: p. 52

IMF Photo/Mark Henley: p. 53

IMF Photo/Kim Haughton & Cory Hancock: pp. 54-59

IMF Photo/Ernesto Benavides: pp. 54-59, fundo

IMF Photo/Allison Shelley: p. 61

IMF Photo: p. 65

IMF Photo/Allison Shelley: p. 66

IMF Photo/Kim Haughton: p. 67

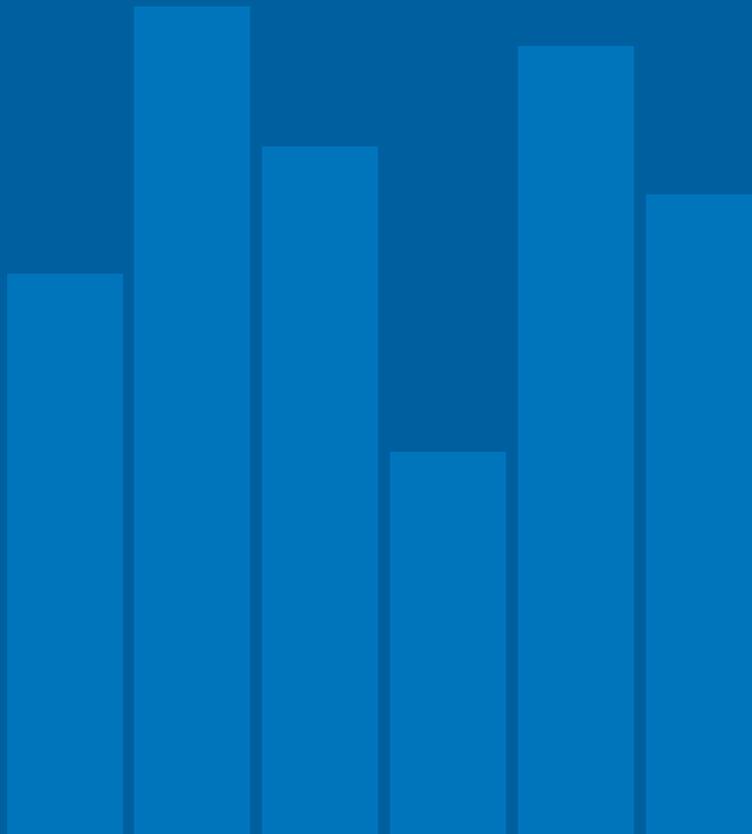
IMF Photo/Joshua Roberts: p. 68

Getty Images/Priscila Zambotto: p. 71

IMF Photo: p. 72

Bikes for the World/Matt Grayson: p. 74, à esq.

IMF Photo: p. 74, à dir.



**"VIVEMOS EM UM MUNDO MAIS PROPENSO A CHOQUES, E PRECISAMOS DA NOSSA FORÇA COLETIVA PARA FAZER FACE A CHOQUES FUTUROS."**

**KRISTALINA GEORGIEVA, DIRETORA-GERAL DO FMI**

